



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 83

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 9 de dezembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

A sessão iniciou-se com a [interpeção ao Governo Regional sobre "Maus resultados obtidos pelo sistema educativo regional no âmbito dos exames nacionais"](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após as intervenções do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), o debate continuou com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Judite Parreira (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), José Contente (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para um protesto usou da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Em seguida, entrou-se no debate do [Projeto de Resolução n.º 65/X – "Melhoria das condições de funcionamento do Serviço de Desporto da Ilha do Corvo"](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Iasalde Nunes (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Cláudio Almeida (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 17 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

O primeiro ponto da nossa Agenda é a **Interpelação ao Governo Regional sobre "Maus resultados obtidos pelo sistema educativo regional no âmbito dos exames nacionais"**.

Esta interpelação é apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e também ficou definido que o ponto 2 da nossa Agenda será debatido amanhã.

Os tempos, como eu ia a dizer, foram distribuídos da seguinte forma:

O interpelante, PS e Governo Regional, dispõem de 32 minutos;

PSD - 24 minutos;

CDS-PP - 13 minutos;

BE e PCP - 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Grande parte dos jornais açorianos destacou, nas suas manchetes, os maus resultados obtidos pelas escolas açorianas no âmbito dos exames nacionais. Por exemplo, o Açoriano Oriental chamou, na edição de 30 de novembro, o assunto para a primeira página com o seguinte título: “notas dos exames nacionais arrasam escolas dos Açores”.

No desenvolvimento da notícia, o mesmo jornal refere o seguinte: “os Açores registaram os piores resultados médios do país nas provas finais dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade”. As restantes publicações açorianas alinharam pela mesma linha de análise e revelaram o mesmo tipo de preocupações.

Optei por citar a comunicação social açoriana no sentido de não ser aqui acusado de ser o mensageiro do caos e da desgraça. Todos os que analisam, ano após ano, os resultados obtidos pelo sistema educativo açoriano, no âmbito dos exames nacionais, ficam absolutamente chocados com a dimensão e a persistência do nosso fracasso.

Ao longo de todos estes anos tenho assistido, a partir deste mesmo lugar de onde vos falo, a sucessivas promessas de resolução do nosso atraso nesta matéria. Nenhuma delas se concretizou.

Se existia algum tipo de expectativa a este respeito, os desastrosos resultados obtidos nos exames do 4.º ano revelaram que não foram alcançados, no curto prazo, quaisquer progressos.

Pelo contrário, a distância relativa em relação aos resultados alcançados pelas outras unidades territoriais do país continua, infelizmente, muito significativa. É como começar uma corrida partindo com um atraso de trinta metros em relação à linha de partida dos outros atletas. É esse o handicap com que são confrontados os alunos açorianos que transitaram para os segundo e terceiro ciclos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O atual Secretário da Educação definiu - ainda na idade da inocência política - as políticas dos seus antecessores como não mais que pensos rápidos. A análise está correta. Nenhum dos seus 3 imediatos antecessores conseguiu permanecer no lugar mais de dois anos. Todos foram afastados devido à enorme dimensão do problema que herdaram do longo consulado de Álamo Meneses, que este logrou manter camuflado através de uma espécie de Muro de Berlim educativo, que impedia a participação do sistema educativo açoriano em estudos comparativos.

Assim que os mesmos se começaram a realizar, foi possível observar o enorme atraso acumulado em relação ao resto do país. Note-se que, nos exames do ensino secundário, a situação estava estatisticamente algo disfarçada devido ao baixo nível de frequência do ensino secundário nos Açores em relação ao resto do país.

Em 2014, por exemplo, o número de exames realizados pelos alunos madeirenses no ensino secundário superou em cerca de 30% o número de exames realizados pelos alunos açorianos, sendo que a população madeirense supera em apenas 6% a açoriana. Estes números indiciam claramente que uma parte muito significativa dos alunos açorianos não ingressam ou concluem o ensino secundário.

Se comparo com a Região Autónoma da Madeira é porque esse era, até há bem pouco tempo, o único troféu exibido pela Secretaria da Educação dos Açores quando se analisavam os resultados dos exames nacionais. Reagindo aos péssimos resultados verificados em 2010, a Secretaria Regional de Educação publicou uma nota informativa com o seguinte título: **“Açores com valores superiores à Madeira nos rankings das escolas em 2010”**. No essencial, essa comunicação, e muitas outras que a antecederam, limitava-se a reconhecer que os nossos resultados eram efetivamente maus, mas que os madeirenses ainda conseguiam ser piores. Agora, 4 anos depois, nem isso é possível afirmar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os exames nacionais e o insucesso educativo não constituem uma temática de abordagem fácil e em que se possam ostentar verdades absolutas e conclusões irrefutáveis. Este é, evidentemente, um tema complexo. Em primeiro lugar, há mais vida para além dos rankings. Não se defende aqui que os exames e provas internacionais como os testes PISA permitem uma radiografia perfeita do nosso sistema educativo.

As escolas não transmitem apenas aprendizagens ao nível da língua portuguesa e da matemática no ensino básico. A realidade é muito mais complexa e rica. As escolas transmitem outros conhecimentos disciplinares e outras aprendizagens e valores em áreas como a cidadania, a ecologia ou a solidariedade comunitária.

Os exames nacionais constituem, no entanto, um instrumento importante de análise e avaliação, na medida em que possuem um carácter nacional e permitem, por via dessa condição, contextualizar as aprendizagens e os resultados alcançados.

Na Finlândia, por exemplo, o governo realizou um conselho de ministros extraordinário para analisar as causas da descida relativa do país nos últimos testes PISA realizados.

Uma outra questão, de carácter igualmente complexo, reside na conceptualização de um programa de ação que consiga obter, a curto e médio prazo, resultados e melhorias significativas.

Existem, no que diz respeito a esta questão, várias respostas possíveis. Existe quem pense que o melhor é, pura e simplesmente, ignorar os resultados dos exames. São os anarquistas cá do burgo.

A outra escola da inoperância é constituída por todos aqueles que pensam que a culpa é, basicamente, dos nossos avôs analfabetos. Somos descendentes de uma estirpe de analfabetos seculares e por isso vamos ter de esperar algumas centenas de anos para ultrapassar o nosso pecado original.

Nada mais falso. Alguns dos países em vias de desenvolvimento, que estão a esmagar os países europeus no âmbito dos Testes PISA, caracterizavam-se, até há bem poucas décadas, por possuírem altíssimas taxas de analfabetismo. Essas comunidades não precisaram de séculos para ultrapassar anteriores constrangimentos. Lograram superar o peso do passado.

No final desta legislatura, os socialistas somarão quase tanto tempo no poder como o agregado dos mandatos dos presidentes Lincoln, Kennedy, Nixon e Obama. Se existe coisa que um governo de vinte anos não pode pedir é tempo. Nenhum governo da Europa democrática dispôs alguma vez de tanto tempo.

Outros consideram que o sucesso educativo está estreitamente ligado ao contexto socioeconómico da região educativa. Como a sociedade açoriana é, em geral, pobre, os nossos resultados escolares espelham essa realidade económica e social tão dramática. A resolução da questão do insucesso escolar estará assim unicamente dependente da evolução económica e social da população. A escola não tem, para quem assim pensa, capacidade para superar os constrangimentos económicos e sociais.

Finalmente, existe quem pense – e eu incluo-me neste grupo - que a escola pode ser o motor da mudança, do crescimento económico e da justiça social. O problema de quem faz esta abordagem nos Açores reside na identificação da causa do nosso atraso. Reconheço que o quadro docente tem vindo a ser estabilizado. Reconheço, também, a realização de um investimento público importante na área da educação, nomeadamente nas infraestruturas. Sendo assim, o que está a correr mal?

Na minha perspetiva, o que está a condicionar os resultados é, inegavelmente, a difícil situação económica das famílias açorianas. É difícil para os alunos que se inserem em agregados familiares muito vulnerabilizados pelo desemprego e pela miséria obterem bons resultados escolares.

É difícil, mas não é impossível. É necessário melhorar as respostas do sistema educativo, nomeadamente através da melhoria do apoio económico aos alunos, de um grande esforço de mobilização das famílias para a missão do sucesso educativo da sua comunidade, do aproveitamento dos equipamentos culturais e desportivos aos dispor das comunidades educativas (bibliotecas, museus, instalações desportivas, etc.) e da reorganização do sistema educativo, em especial na mobilização e melhoria dos nossos recursos docentes.

Não são necessárias grandes alterações legislativas. A limitação dos mandatos dos conselhos executivos provocará a mudança e a inovação nas nossas escolas, algo que eu defendi aqui nesta Casa repetidamente. É necessário introduzir fatores de mobilização e afirmação identitária nas nossas escolas, algo de que eu não desisto.

É necessário recentrar o docente, de forma quase exclusiva, no processo de ensino-aprendizagem na sala de aula, algo que exige o dismantelamento da burocracia criada por 18 anos de experimentalismo socialista. É necessário

dignificar a carreira docente e racionalizar o respetivo processo de avaliação. É necessário apostar forte na formação docente.

É necessário repensar a rede e funcionamento do pré-escolar nos Açores. Veja-se, a este respeito, os extraordinários resultados alcançados nos últimos anos na Região Autónoma da Madeira. Apostaram forte na disponibilização de enormes recursos docentes para garantir o funcionamento do pré-escolar durante todo o período laboral e os resultados estão à vista de todos no que diz respeito às classificações obtidas na prova final de ciclo do 4.º ano. É necessário melhorar, e muito, na organização do primeiro ciclo, nomeadamente na multiplicação dos recursos docentes.

Meus senhores! O que falta ao sistema educativo açoriano não é uma revolução legislativa – essa era realmente necessária nos programas e na reestruturação dos grupos de docência, mas esse patamar de intervenção não é o nosso.

O que falta é ambição e sentido de missão. É necessário assumir metas e correr riscos. É necessária liderança. Uma liderança que mobilize os professores, as famílias e os alunos. Uma liderança de que estejam banidas as desculpas e os queixumes.

Em síntese, temos um problema grave para resolver e muita urgência em executar políticas realmente eficazes no combate ao baixo sucesso do nosso sistema educativo. Para já, o Secretário da Educação fala na realização de novos estudos e na promoção do diálogo e do consenso na área da educação.

Neste contexto, não resisto a citar a maravilhosa retórica do deputado Francisco Coelho: **“e se a capacidade de ouvir e modelar percursos e timings denota humildade e flexibilidade tática, que triste e atrevido seria um político que se apresentasse na ágora sem rumo e sem objetivo, e demagogicamente perguntasse: gostava muito de vos conduzir e deter o cetro condizente; mas não sei onde levar-vos, queiram ter a bondade de me dizer...”**

Eu penso, Sr. Secretário, que V. Ex.^a se encontra nesta triste situação. É por isso que me senti tentado a dar-lhe mais uma oportunidade para explicar a este Parlamento como é que pretende sair deste pântano em que estamos atolados e que objetivos quantificados assume nesta matéria.

Tenha a bondade de nos dizer.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o art.º 134.º do Regimento tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No outono quando caem as folhas às árvores, caem também primeiro sobre as secretárias de todas as redações e depois sobre as nossas próprias mesas, os resultados dos exames nacionais, desde o básico até ao secundário, que pelos jornais são convertidos em *rankings* de escolas, após o manuseio da matéria prima, com maior ou com menor profissionalismo.

A divulgação dos resultados dos exames, agora transformados em *rankings* escolares, possui uma dupla vantagem: por um lado coloca na agenda da

comunidade educativa a definição de estratégias de melhoria dos desempenhos académicos, e além disso, em cada escola motiva um exercício de comparação com as prestações de um passado mais ou menos longínquo que induz à busca das causas de um eventual insucesso e à identificação dos meios de promoção do sucesso.

Apesar de tudo, manda a prudência que se relativize os resultados dos exames nacionais convertidos em *rankings* escolares.

De facto, para qualquer cidadão minimamente desperto para a evolução da *res publica*, não constitui surpresa que num País demasiado assimétrico e muito litoralizado, ressaltem à evidência a dianteira de Lisboa, do Porto, de Coimbra ou de Braga e o atraso do interior do continente e das regiões autónomas, inclusivamente os Açores são muito recentemente chegados ao universo dos exames nacionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: De resto, os *rankings* constituem um modelo incompleto, simplista e grosseiro de avaliação das escolas, já que radicam na sobrevalorização de um único fator os exames nacionais, que por não ser inequivocamente o mais importante, não é também traduzível em contributo relevante para a melhoria da qualidade do sistema educativo.

Alheios à diversidade das regiões e das escolas os *rankings* fazem um tratamento igual daquilo que é manifestamente diferente. Assim contribuem para a subversão de todas as análises porque procedem à comparação do incomparável e porque nem sempre consideram os mesmos fatores na análise de todos os estabelecimentos de ensino.

Resta, portanto uma certeza: as escolas hierarquizadas no primeiro e no último lugares, não são seguramente a melhor nem a pior de Portugal.

Aliás, toda a classificação padece de falta de rigor.

A primazia da escola privada decorre da seleção dos seus próprios alunos, traduzível em corpos estudantis mais homogéneos de pequena e de média dimensão que facultam o exercício de um ensino de maior proximidade.

O atraso da escola pública decorre do cumprimento dos seus nobres ideais, de igualdade e coesão sociais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso!

O Orador: ... que assenta no acesso universal das crianças, dos adolescentes e dos jovens, constituinte de um contingente estudantil mais heterogéneo, mais numeroso, que dificulta um aproveitamento escolar, todo ele uniforme, todo ele excelente.

Por acréscimo, sobre o estímulo do Governo da República, a importação pelo Estado da lógica da iniciativa privada, reverte em tentativa de criação de núcleos de excelência que coexiste com o abandono de tudo o restante.

A escola avultará assim e necessariamente como uma fonte de reprodução de desigualdades, como um meio de replicação de uma sociedade velha que reserva para a comunidade dos cidadãos uma quase servidão perante o capricho de alguns privilegiados.

Nestas circunstâncias a prioridade da educação, na construção de uma sociedade mais próspera, constitui justificação bastante para o agendamento de todas as interpelações parlamentares.

Porém, o debate do suposto mau desempenho do sistema educativo regional se aferido apenas pelos resultados obtidos nos exames nacionais e vertidos nos *rankings* escolares, não constitui justificação de vulto para o agendamento de uma interpelação parlamentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é demais! Ouviste isto Paulo?

O Orador: Mesmo assim, não deixaremos de discutir todos os considerandos, de prestar todos os esclarecimentos.

Atentemos então nos resultados dos estudantes e das escolas dos Açores nos exames nacionais.

Contra todos quantos, que com aparente e incompreensível deleite proclamam aos quatro ventos o mau desempenho do sistema educativo regional, é preciso erguer a verdade dos números que em 2014 evidenciam um inequívoco progresso sobre 2013, tudo traduzido em obtenção de médias mais elevadas e na ocupação de lugares mais favoráveis.

No primeiro ciclo, 67% das escolas, 97 em 144 evidenciam melhoria das médias, ao mesmo tempo que 58% das escolas, 83 em 144 registam subida nos *rankings*.

No segundo ciclo, 93% das escolas, 28 em 30 evidenciam melhoria das médias, ao mesmo tempo que 47% das escolas, 14 em 30 registam subida nos *rankings*.

No terceiro ciclo, a totalidade das 34 escolas evidencia melhoria das médias, ao mesmo tempo que 79% das escolas, 27 em 34 registam subida nos *rankings*.

No secundário, 82% das escolas, 18 em 22 evidenciam melhoria das médias, ao mesmo tempo que 32% das escolas, 7 em 22 registam melhoria nos *rankings*.

Mas há, felizmente, casos verdadeiramente excecionais.

No secundário, na Escola Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo, de 2013 para 2014 ocorre a subida da média de 8.7 para 2.5 e por consequência a subida do lugar 393 para o 248, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não deixa de ser significativo!

O Orador: ... equivalente à conquista de 145 posições.

Na Escola Básica e Secundária da Calheta em S. Jorge, de 2013 para 2014, ocorre a subida da média de 8.5 para 10 e por consequência a subida do lugar 438 para 346, equivalente à conquista de 92 posições.

No terceiro ciclo na Escola Antero de Quental, de Ponta Delgada, de 2013 para 2014 ocorre a subida da média de 2.6 para 3.1 e por consequência a subida do lugar 490 para o 247, equivalente à conquista de 243 posições.

Na EBI dos Biscoitos na Terceira, de 2013 para 2014 ocorre a subida da média de 2 para 2.6 e por consequência a subida do lugar 1213 para o 989, equivalente à conquista de 224 posições.

Claro que estes verdadeiros indícios de sucesso escolar só ganham efetiva credibilidade se ao mesmo tempo reconhecermos que os resultados dos estudantes e das escolas dos Açores nos exames nacionais, ficam ainda aquém do nosso fundado desejo, ficam ainda aquém do nosso avultado investimento.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso atraso decorre do facto de Portugal ser um recém-chegado ao mundo da educação que possuía 80% de analfabetos no termo do séc. XIX, no tempo em que a Europa do Norte já procedera à erradicação do analfabetismo e que só em 1960 torna a 4.^a classe universal e obrigatória ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor chegou cá há pouco tempo, mas este Governo já leva quase 20 anos!

O Orador: ... isto é nas vésperas do 25 de Abril, que há de promover a democratização do ensino com alguns atropelos de qualidade.

O nosso atraso decorre ainda, sobretudo, do facto de Portugal ser um recém-chegado ao mundo da educação e de por muito tempo ter deixado as suas periferias para trás, aquelas mesmas que como nós ainda hoje, e apesar de um esforço hercúleo, ficam relegadas para o sopé de todos os rankings.

A superação de um atraso escolar constitui o nosso principal desafio.

Neste capítulo vimos dando passos de gigante, com a construção de muitas mais escolas, com a formação de muitos mais professores, com a elevação da taxa de pré-escolarização, com a erradicação do abandono escolar tradicional.

Por isso também aqui nos Açores há uma razão, há mesmo muitas razões ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há!

O Orador: ... para proclamar como António Nóvoa, que a escola de hoje é infinitamente melhor do que a escola de ontem, é mais aberta, mais inteligente, mais sensível à diferença.

Mas ainda não chega, mas vai chegar, quando e como? Talvez dentro de uma meia dúzia de anos, siderados que estamos no cumprimento da estratégia 2020, que há de universalizar o pré-escolar, que há de reduzir o insucesso e o abandono precoce, que há-se estimular a aprendizagem ao longo da vida, que há de introduzir transformação nas escolas para que se coadunem à mudança e à pluralidade os perfis dos estudantes, que requerem adequação às suas necessidades próprias e quase individuais.

Porém, nas coisas da educação impera o velho ditado popular “devagar que tenho pressa”.

Com efeito não estamos em tempo de megas reformas de matriz centralizadora, até porque historicamente bem sabemos que todas as reformas políticas feitas de cima para baixo, acabaram por ficar à porta da sala de aula.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Em vez disso estamos muito mais em tempo da criação de condições que promovam a inovação institucional mais descentralizada, mais sustentada.

Para tanto a educação constitui uma prioridade do Governo dos Açores, quando se deduz das verbas do Plano, recentemente aprovado, que na transição de 2014 para 2015 acresce o investimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura de 71.5 milhões de euros, para quase 81 milhões de euros, equivalente a um acréscimo de 13%.

A necessidade da convergência entre os níveis das habilitações académicas de Portugal, e por conseguinte o dos Açores, com a Europa e particularmente com a União Europeia, constitui justificação bastante para o reforço do investimento em construções escolares e em projetos pedagógicos.

Em matéria de construções escolares, embora as instalações não sejam a essência das instituições, é certo que a disponibilidade de infraestruturas modernas e funcionais, favorece o incremento de práticas científicas e pedagógicas e por consequência o convívio escolar e o trabalho coletivo.

Em matéria de projetos pedagógicos registamos o acréscimo substancial de fundos com uma subida de 150 mil euros, para dois milhões, 75 mil, 693 euros, entre 2014 e 2015, equivalente a um aumento de mais de 1200%. Um excelente contributo na caminhada pelo alcance dos objetivos de promoção do sucesso escolar de redução do abandono escolar precoce.

Esta interpelação parlamentar não nos serve de alerta. E porquê? Porque chegados à Secretaria Regional da Educação e Cultura, há precisamente 5 meses, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há 18 anos!

O Orador: ... identificamos por prioridade o combate ao insucesso escolar e a promoção do sucesso escolar e propusemos, inclusivamente, a implementação de um programa de promoção do sucesso escolar, uma construção conjunta dos técnicos especializados da Secretaria Regional da Educação e Cultura, daqueles mesmos que garantiram abertura sem sobressaltos do ano letivo, de professores e dirigentes escolares porque docentes mais empenhados e dirigentes mais atentos aos percursos da aprendizagem são poderosos indutores de sucesso, e de especialistas externos alinhados com as correntes pedagógicas mais inovadoras pertencentes aos quadros de diversas universidades de dentro e de fora do arquipélago.

Uma construção conjunta, dizia, que não dispensa uma multiplicação de diálogos com as áreas afins da saúde, da solidariedade social, da juventude e do emprego, com as autarquias e sobretudo com as famílias e as comunidades para que jamais condicionem negativamente as expetativas e os comportamentos dos estudantes em resultado dos seus próprios trajetos escolares, muitos deles menos felizes, e uma construção conjunta que na base da exploração das virtualidades dos projetos do passado, pugnam pela abertura de novos horizontes e de novas intervenções.

Neste programa de promoção do sucesso escolar, naturalmente que antecedido por uma boa intervenção precoce, a maior intenção recairá no pré-escolar e no primeiro ciclo para evitar atrasos irrecuperáveis.

De resto, na parte terminal do básico e no secundário, importa o desenvolvimento de percursos profissionalizantes mais adequados às expetativas dos estudantes, impeditivos do absentismo e da desistência.

Neste caso seguimos a recomendação da União Europeia que aconselha à matrícula de pelo menos 50% dos alunos dos anos terminais em cursos de índole profissional, com forte componente prática, inseridos em contexto de trabalho e com acesso ao universo das profissões.

Por acréscimo o reforço da utilização das tecnologias da informação constituirá um instrumento e um estímulo de todas as aprendizagens.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mesmo a terminar urge proclamar que a melhoria do sistema educativo regional exige consenso social e político.

Como já referi nesta câmara, foi aliás o consenso social e político sobre o essencial, obviamente compatível com a diferença de opinião sobre o acessório, que gerou progresso na educação: em Portugal desde abril de 1974, e nos Açores desde a institucionalização da autonomia, em 1976.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui chegados, oxalá vislumbremos indícios desse consenso no desenrolar desta interpelação, porque a prioridade da educação, premissa maior do desenvolvimento, admite sim a discussão, mas sempre na busca de soluções, jamais no exercício estéril da contestação.

Tenho dito.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Educação trouxe uma informação escrita, um discurso porque verdadeiramente ele não pretendia responder com uma interpelação parlamentar, a quem ele quis retirar legitimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Devo dizer que quem está há cinco meses no Governo começa a ter hábitos preocupantes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito antigos!

O Orador: ... em relação àqueles que são os pressupostos da democracia e do parlamentarismo.

Quem define quais são as preocupações políticas, que aqui querem trazer a esta Casa de forma livre e democrática, são os diversos partidos que aqui se sentam.

Esta é uma preocupação que nós trazemos aqui a esta Casa e tivemos oportunidade de dar o nosso contributo positivo, anunciando medidas, anunciando perspectivas, anunciando caminhos, anunciando prioridades.

Esta questão é absolutamente fundamental do ponto de vista da democracia parlamentar.

O Sr. Secretário da Educação (e aos restantes Membros do Governo aplica-se a mesma coisa) tem o dever de responder às questões que lhes são solicitadas e não lhe cabe o direito de dizer que são mais ou menos importantes ou que considera que nem sequer aqui deviam ser discutidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não lhe cabe esse direito e não lhe cabe essa apreciação do ponto de vista político. O que o senhor tem que fazer é responder às questões.

Devo dizer que no que diz respeito a esta situação do resultado dos exames, basta que não viva numa redoma fechada de tudo e de todos e esta é uma preocupação do PPM, dos outros partidos políticos e da sociedade açoriana em geral.

Depois, a seguir, o Sr. Secretário no seu discurso faz o favor de não apontar um plano e uma estratégia, espera estudos. Ao fim de 18 anos espera estudos.

Eu digo-lho que isso é inaceitável, Sr. Secretário! Isso é absolutamente inaceitável!

O senhor bem tentou desvalorizar aquilo que são os *rankings* e os resultados dos exames. Mas eu quero lembrar-lhe: a média, por exemplo, dos concelhos açorianos em relação aos concelhos dos diversos distritos do País e da Madeira, no âmbito, por exemplo, da disciplina de Matemática, no 4.º ano, são os mais baixos do País, mas a grande distância de todas as outras regiões (são os mais baixos do País).

A média do 4.º ano em Português é a mais baixa do País. Não só é a mais baixa, como é a única média negativa de todos os distritos e da Região Autónoma da Madeira. A Região Autónoma dos Açores é o único território que tem média negativa no 4.º ano.

No 6.º ano a mesma coisa. Na matemática os nossos resultados são absolutamente devastadores e voltamos a ser os últimos no país.

No Português do 6.º ano, voltamos a ser os últimos do País, muito atrás de todas as outras regiões e de todos os outros distritos.

No 9.º ano, na Matemática e no Português exatamente a mesma coisa: voltamos a ser os piores do País.

O Sr. Secretário vem aqui fazer esta informação, vem aqui fazer uma interpretação absolutamente, devo dizer-lhe ridícula, de dizer, como alguns treinadores que jogam na liga dos últimos: “Não. Não. Nós melhorámos! Nós já não perdemos por 20-0! Nós agora perdemos por 19-0! No nosso resultado há uma evolução importante do ponto de vista competitivo! Já não perdemos por 20, perdemos por 18, ou por 19!”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que o Sr. Secretário devia aqui ter dito é que reconhecia que estes resultados são inaceitáveis para os açorianos e para o sistema educativo açoriano.

Eu não concebo que os alunos dos Açores estejam colocados nos últimos lugares dos exames nacionais em todo o ensino básico.

Isso é absolutamente insustentável.

O que o senhor devia ter dito aqui é que tinha um compromisso firme, quantificado, que assumia esse compromisso com coragem política de retirar os Açores e os alunos dos Açores destes lugares que envergonham o nosso sistema, e envergonham o nosso sistema educativo.

O senhor devia ter assumido aqui o compromisso de que iria alterar esta situação e que não voltaríamos a ver os Açores nos últimos lugares do sistema

educativo no *ranking* dos exames nacionais, que é aquilo que nós podemos quantificar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esse deveria ter sido o seu compromisso e essa deveria ser a coragem política que o senhor devia trazer a esta Assembleia.

Mas não foi isso que o Sr. Secretário trouxe.

Não trouxe nada, nenhum compromisso, não trouxe nenhuma interpretação e fundamentalmente não trouxe nenhuma solução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Judite Parreira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores amiudadas vezes tem referido, e realçado aqui nesta Casa, que as escolas e os professores da Região têm feito um esforço enorme, através de projetos, através de definição de estratégias, no combate ao insucesso escolar.

No entanto os resultados são aqueles que estamos agora aqui a analisar e a discutir, porque isso não se deve nem às escolas, nem aos professores. Deve-se às políticas educativas do Governo do PS e o Sr. Secretário bem pode dizer que só está há cinco meses no Governo, é certo, mas não pode fazer tábua rasa do passado, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque o PS é Governo há 18 anos e é preciso ter isso em causa.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Cada Secretário que chega faz tábua rasa do passado e não pode. Isso leva aos resultados que temos neste momento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O Governo tem privilegiado a construção de megas escolas, as infraestruturas em detrimento dos resultados escolares e está à vista que a construção de megas escola não tem conduzido a melhores resultado, basta ver que a última mega escola, a mais recente refiro-me concretamente à de Água de Pau, tem os piores resultados do País.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Portanto, isto é a prova de que as megas escolas não conduzem a bons resultados, conduzem sim ao fim do ensino de proximidade.

Sr. Secretário, noto-lhe também uma inversão de pensamento, porque o Sr. Secretário ainda no dia 17 de novembro, dizia e eu leio as suas palavras no *Açoriano Oriental* que “mais do que o abandono escolar precoce, o insucesso escolar é o principal problema, é o principal flagelo do Sistema Educativo Regional, um problema que coloca os Açores numa posição de desvantagem, até por comparação com a Madeira e com o continente”.

Agora vem desvalorizar os *rankings*.

Bem sabemos, Sr. Secretário, que os resultados dos exames são mais um elemento comparativo. Apenas mais um. Não são o único elemento de avaliação, mas são mais um e não podemos escamoteá-los, porque são uma realidade.

Sr. Secretário, o senhor quando chegou identificou facilmente o problema, “pôs o dedo na ferida” e disse que o insucesso escolar era um dos principais problemas do nosso sistema educativo.

Chegou cheio de boas intenções, mas os seus antecessores também, e isso não nos levou a lado nenhum. Criou a equipa de mediadores, está a elaborar um plano de intervenção de promoção do sucesso escolar, só que sabemos que isso são coisas que tardam a ter resultados, porque em educação os resultados não são imediatos.

A minha pergunta é: o que é que o senhor pensa fazer para contrariar os maus resultados escolares? Está a pensar criar mais apoios por forma a que estes resultados possam ser minorados, a curto prazo?

É esta a minha pergunta.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o PS não fala?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o PP por acaso já falou?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não! Mas vai falar!

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero assinalar que o contexto em que se realiza este debate não é o melhor nem é o mais adequado. E não é o melhor nem o mais adequado porque se realiza de forma reativa e na sombra da publicação pelo Ministério da Educação dos resultados dos exames nacionais, com a qual se constrói um dito “ranking”, no qual as escolas açorianas não atingiram posições elevadas, com os naturais reflexos mais ou menos bombásticos, mais ou menos sensacionalistas na comunicação social da Região.

Esse é um mau contexto para analisarmos, com seriedade e profundidade, os problemas do sucesso escolar na nossa Região. É um mau contexto porque a aparente objetividade da classificação numérica contribui muitas vezes para esconder a dimensão multifacetada e complexa dos problemas das escolas e dos alunos; É um mau contexto porque estamos perante uma simplificação do que é muito complexo.

Daí que quero deixar bem claras as reservas do PCP-Açores a esta forma de análise do sucesso escolar dos nossos alunos:

- o ranking das escolas é redutor, porque não se pode reduzir ao resultado matemático dos exames a formação integral dos alunos, que passa pela aprendizagem de conteúdos, mas também pela aquisição de competências e pelo desenvolvimento de capacidades e comportamentos que não são avaliáveis em testes de papel e lápis e cujos efeitos só são muitas vezes visíveis anos mais tarde.

- O ranking das escolas faz comparações ilegítimas, porque não leva em linha de conta os contextos sociais, económicos e geográficos em que as escolas se inserem, bem como mistura as escolas públicas, que aceitam todos os alunos, independentemente das suas dificuldades, e os colégios privados, que efetivamente selecionam alunos, quanto mais não seja pela capacidade económica dos seus encarregados de educação.

- O ranking das escolas é um instrumento demagógico que, ao contrário do que se quer fazer crer, não está ao serviço da melhoria da qualidade das escolas, nem do ensino, mas sim da elitização do sistema educativo e da introdução de uma lógica de mercado na educação, comparando o que não é comparável, para desfavorecer e atacar a escola pública.

Postos estes pontos com clareza, estamos disponíveis para discutir sucesso escolar, e até de utilizar, como indicador, os resultados dos exames, mas recusamos terminantemente reduzir essa discussão a um debate sobre o ranking das Escolas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que foi feito!

O Orador: Está incomodado, Sr. Deputado?

... Sras. e Srs. Membros do Governo:

Postas as nossas reservas em relação ao momento e ao modo deste debate, não podemos ignorar que existe um problema e que é fundo e que é complexo. Não metemos a cabeça na areia repetindo para quem quiser ouvir que este é o melhor dos mundos cor-de-rosa possíveis. Deixamos essa postura, claramente, para o Governo Regional e para a bancada do PS.

Podemos e devemos, naturalmente, discutir o que é que deve ser alterado ou melhorado no Sistema Educativo Regional para combater o insucesso escolar. Mas não devemos, não podemos ignorar as causas profundas do problema, porque essa é a única maneira de efetivamente dar passos para o resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande defesa do Governo!

O Orador: Vamos, então, às causas!

Se ao mapa do insucesso escolar sobrepusermos o mapa das carências sociais, verificamos uma coincidência, que não é sempre linear nem absoluta, mas que é significativa.

Não é uma novidade, nem uma descoberta recente, mas um fenómeno estudado e conhecido, embora muitas vezes esquecido ou obliterado dos discursos e da memória política: há uma correspondência direta, em termos estatísticos, entre o bem-estar económico dos cidadãos e o sucesso escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!...

O Orador: Não é certamente o único fator que influencia o sucesso escolar mas é com certeza um dos mais estruturais e relevantes.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E os Açores são das piores regiões do nosso país em função disso mesmo: somos uma das regiões mais pobres deste país.

Se é verdade – e deve ser dito – que temos em geral um bom Sistema Educativo Regional, com professores altamente qualificados, em boas escolas, com bons equipamentos, também é verdade que temos milhares de famílias que

regressaram, ou nunca chegaram a sair, de uma situação de grave pobreza, em que as exigências da sobrevivência quotidiana se sobrepõem a todas as outras considerações.

Temos demasiados açorianos que, apesar de trabalharem e se esforçarem diariamente, não conseguem sobreviver condignamente. Temos demasiados jovens que, tendo estudado, têm como única resposta um desemprego juvenil esmagador, mostrando à geração seguinte que, afinal, estudar não compensa e que não vale a pena ter expectativas de uma melhoria na sua situação.

Temos demasiadas famílias açorianas imersas no ciclo vicioso das baixas qualificações, desemprego, pobreza, para podermos esperar que o resultado fosse diferente.

Dezenas de anos de Governos Regionais cor-de-rosa não conseguiram pintar da mesma cor a realidade dos açorianos! Muitos milhares de milhões de euros de investimento público, de financiamento europeu, não venceram a estagnação económica, não derrubaram os atrasos estruturais, não conseguiram tirar-nos da cauda das regiões do país que vai na cauda da Europa!

Nem no rendimento das famílias, nem no emprego, nem nas condições de vida e, obviamente, nem no sucesso escolar se conseguiu ultrapassar o fosso de subdesenvolvimento que nos separa do resto do país.

As políticas de baixos salários e poucos direitos para os trabalhadores, as políticas de desmantelamento paulatino do setor produtivo, as políticas de facilitação dos grandes negócios e de terciarização artificial da nossa economia, as políticas de mercado com pouca ou nenhuma regulação e de escassa proteção social que o PS tem levado a cabo na nossa Região estão a dar frutos, e são exatamente os previsíveis e esperados: Falharam em toda a linha!

Os falhanços da política do PS estão a ser pagos pela geração atual, mas serão pagos também, e duramente, pelas gerações futuras!

Dissociar a Escola do contexto em que está inserida ou atribuir-lhe responsabilidades que lhe são exógenas não me parece ser o melhor caminho para uma discussão séria e rigorosa para avaliar o ensino na Região ou no País.

Reduzir a avaliação do Sistema Educativo Regional a um momento é obliterar o percurso de aprendizagem, ou seja, de onde se partiu e onde se chegou. Como sabemos alguns dos nossos alunos partem de patamares muito baixos e, por vezes, a sua conquista para a cultura escolar e a sua socialização é, em si mesmo, um sucesso da Escola.

Se é verdade que o Sistema Educativo Regional tem de encontrar respostas não é menos verdade que a solução global para os insucessos da Escola na Região Autónoma dos Açores não depende apenas do Sistema mas das políticas e opções de desenvolvimento que são adotadas.

Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura no que concerne à política educativa importa que sejam introduzidas alterações e, a pergunta que se impõe, Sr. Secretário é: Que transformações vai V.^a Ex.^a introduzir para que a Escola nos Açores possa deixar de ser uma instituição de reprodução das desigualdades sociais e económicas e cumpra o seu objeto, isto é, elevar as qualificações académicas e profissionais da população açoriana condição necessária, aliás

como V. Exa. referiu, para o sucesso do desenvolvimento da nossa Região!? O que vai fazer Senhor Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma defesa do Governo lamentável!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É da FENPROF! Não tem nada a ver!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Através desta interpelação, de iniciativa do PPM, estamos todos e todas, aqui chamados a refletir sobre o lugar das escolas açorianas no *ranking* das escolas a nível nacional. Basicamente e resumindo é isto que nós estamos a fazer e do ponto de vista do BE estamos a fazê-lo com toda a legitimidade, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista regimental.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sobre isso não há a mínima dúvida e a mim também me espanta que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, tenha algum tipo de dúvida sobre a legitimidade desta temática trazida aqui a este Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

A Oradora: Ora, eu gostava de lembrar a propósito de *rankings* e de localização dos *rankings*, uma reflexão feita sobre esta matéria por uma personalidade bastante ouvida no nosso País, como é o caso do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que está exata e comprovadamente nos antípodas do Bloco de Esquerda ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

A Oradora: ... mas que coloca e bem, do nosso ponto de vista, várias interrogações sobre estes *rankings* e sobre a sua idoneidade.

Desde logo, interroga o Sr. Professor, e bem do nosso ponto de vista, que para fazer uma análise dos resultados nacionais, escola a escola, dos exames nacionais de 4.º, 6.º e 9.º ano, é necessário começar por saber onde é que estas escolas estão localizadas, não do ponto de vista territorial, mas do ponto de vista socioeconómico que as rodeia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esta é uma boa matéria para nós começarmos a refletir aqui nesta câmara.

Também diz que do ponto de vista geográfico é necessário indagar qual é o tipo de populações que elas servem e que elas espelham no seu conteúdo, quer dos alunos, quer dos professores, quer de toda a comunidade escolar.

E também chama a atenção para uma coisa que o BE considera fundamental, é que não é possível comparar o carácter profundamente heterogéneo da escola pública, com o carácter profundamente homogéneo do ensino particular privado e cooperativo, sobretudo o privado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ora bem!

A Oradora: É comparar aquilo que é absolutamente incomparável.

Ou seja, para concluir, há uma figura da direita portuguesa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

A Oradora: O Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Da esquerda!

A Oradora: Ah é de esquerda! Eu não sabia! Não sabia que de ontem para hoje o senhor tinha mudado de posição.

Há uma figura da direita portuguesa, dizia eu, que demonstra, e tem razão, algum pudor, algum reboço, alguma desconfiança, contra esta verdade científica que nos querem vender, que é os *rankings* das escolas a nível nacional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ora bem!

A Oradora: O BE acrescenta o seguinte: uma coisa são os resultados dos exames nacionais, outra coisa é a organização dos *rankings*, através desses resultados. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, porque uma é objetiva, a outra é perversa e é perigosa e tem objetivos, até do ponto de vista ideológicos, que facilmente poderemos identificar.

Portanto, se há uma figura deste quadrante político que sente necessidade de um distanciamento intelectual sobre tamanho contrabando ideológico, o que é estranho é que o Governo do PS dos Açores, tomado de um frenesim de esquerda, presumo que passageiro, à semelhança então do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que acabou de se passar para a esquerda deste País ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi!

A Oradora: ... esteja em contraciclo com o pensador da direita, como é o caso do Prof. Marcelo Caetano. Como?

Vou tentar explicar como.

Para entrar nestes falsos *rankings*, que o Sr. Secretário Regional acabou por de alguma maneira criticar mas, enfim, critica-os mas eles existem, são indiscutíveis e são no fundo também a base da análise e da crítica trazida pelo PPM, mas o que acontece ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é polémica! São os exames!

A Oradora: Pois. Esclarecerá.

... é que o Governo Regional exatamente para entrar nestes falsos *rankings*, paga – e diz o BE – e muito bem, a colégios privados, na vã tentativa de meter os Açores nos primeiros lugares deste *ranking* falseado.

Esta vã tentativa está consagrada no negócio, quer o negócio pouco claro do Colégio Castanheiro, quer o negócio semiaberto, semifechado (ainda não sabemos bem), do Colégio de São Francisco.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não teve pernas para andar!

A Oradora: Em suma, o PS despende verbas públicas para promover a elitização do ensino nos Açores e são milhões, milhões de euros, já gastos enquanto o atraso estrutural de décadas na educação desta Região (é de décadas e seria de muito, muito mais se não tivesse surgido um valor chamado autonomia) exigiria ao contrário da elitização e da priorização do ensino privado, uma prioridade absoluta e robusta exatamente na escola pública, no ensino público e não no privado.

Sr. Secretário Regional, para terminar com algumas perguntas, deixe-me dar-lhe alguns exemplos daquilo que o BE considera o tal negligenciar da escola pública e privilegiar a escola privada.

Pergunta: é ou não é verdade que este ano (e estou a referir-me a notícias públicas ainda não desmentidas, mas o Sr. Secretário dirá se é verdade ou não) existem mais de 100 crianças, só no concelho de Ponta Delgada, em lista de espera, para serem intervencionadas precocemente (estamos a falar de intervenção precoce)?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai ter que fazer um requerimento para saber isso!

A Oradora: É ou não é verdade que há 100 crianças neste momento em lista de espera só no concelho de Ponta Delgada?

É ou não é verdade que há escolas e há uma escola nesta Região, onde uma assistente operacional desempenha funções de docente de educação especial, tendo a seu cargo crianças com deficiências diversificadas, com a atribuição de um horário por tempo como se fosse uma professora?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é crime!

A Oradora: E no final do dia ainda lhe exigem que faça a limpeza das salas.

É ou não é verdade isto que eu estou a dizer?

É ou não é verdade, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que as escolas se queixam do tormento na gestão da ação social escolar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

A Oradora: Ou seja, é ou não é verdade que nós estamos no final do primeiro período e há crianças que são beneficiárias do escalão que ainda não têm os manuais, os livros para poderem estudar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Neste momento chegámos ao final do primeiro período, já nem vamos falar nas sapatilhas para a ginástica e noutro tipo de equipamentos e de materiais. Estamos a falar de manuais escolares.

É ou não é verdade que as escolas se confrontam anualmente com falta de dinheiro que nunca chega quando é preciso para transportes, para alimentação, para o material, para os manuais, para aquilo que é necessário?

É ou não é verdade, Sr. Secretário Regional, que em abril de 2014, portanto deste ano, a Direção Regional da Educação decidiu não entregar às escolas particulares privadas e cooperativas da Região os códigos de acesso para a publicação das provas nacionais do 4.º e 6.º anos, com uma exceção. Qual foi a exceção? O Colégio do Castanheiro.

Eu pergunto-lhe: como é que se explica esta exceção? Será porque o Colégio o Castanheiro, pertencendo como pertence, no fundo, ao Governo Regional é do interesse da Região que ele fique em primeiro lugar nos *rankings* regionais e nacionais?

Mas o Sr. Secretário terá oportunidade de dar outra justificação.

Mais duas, para terminar porque tenho outras para lhe fazer.

É ou não é verdade que neste momento há uma escola nesta Região que necessita de um professor exclusivo só para apoio, um professor apenas para substituições, uma educadora de apoio e um professor de ensino especial?

É ou não é verdade que outra precisa de quatro professores de apoio e um professor de NE?

É ou não é verdade que outra precisa de ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que reduz o sucesso escolar! Não é o Salazar!

A Oradora: ... professores for forma a que os alunos que necessitam de apoio o tenham?

É ou não é verdade que há escolas que só têm um professor de apoio, ao mesmo tempo para a substituição de todas as outras escolas da freguesia?

Ou seja, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para concluir, é ou não é verdade que as faltas, as carências, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... as omissões da escola pública nesta Região, dentro de um contexto socioeconómico gravíssimo, para não dizer trágico, não têm resposta para as suas necessidades e portanto não é de admirar os resultados por muito que a escola, os professores, os alunos façam, diria até mais, são brilhantes os resultados atendendo a tanta carência, a tão pouco investimento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: ... e a um contexto socioeconómico tão trágico como aquele que se vive nesta Região neste momento.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado André Bradford (PS): Disse que tinha mais perguntas! Agora não as pode fazer!

Deputada Zuraida Soares (BE): Faça uma interpelação!

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Já aqui dissemos e vamos voltar a dizê-lo que o abandono escolar e o insucesso escolar é multifatorial.

Depende claramente de uma componente espacial, ou seja, do local onde as pessoas vivem, da ilha onde vivem; dependem do contexto socioeconómico; dependem inclusivamente da família, quer da sua composição, quer inclusivamente da sua literacia; dependem da própria comunidade escolar; dependem do que se faz com a autonomia de cada uma das escolas; dependem também das expetativas dos alunos e das próprias famílias relativamente ao emprego público e ao emprego privado, ao emprego no mercado de trabalho e na atualidade sabemos que a Região tem debilidades nesse aspeto.

Ora, dependem também de muitos outros fatores que podemos referir com exaustão, mas não vale a pena porque íamos perder imenso tempo com isto.

Os *rankings* são uns dos indicadores do insucesso. Têm leituras facciosas mas não deixam de dar um sinal claro de que nada está bem nesta Região, quando os resultados são essencialmente negativos.

Ora, não podemos acusar só os instrumentos de avaliação, há aqui questões que têm a ver com medidas essencialmente políticas e com 18 anos de governação do PS, não podemos deixar de criticar as trajetórias que foram feitas, porque também sabemos que o insucesso escolar é persistente e consistente. Não é algo que surge nos últimos anos e tem a ver com medidas tomadas ao longo destes últimos 18 anos.

Se em 18 anos não podemos alterar o insucesso escolar nesta Região, estamos destinados ao fracasso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ora, vejamos o estado atual da educação e das medidas políticas.

Só em 2013 é que aparece o PS a assumir o insucesso escolar, o maior da Europa e o abandono escolar, o maior da Europa. Devíamos tê-lo assumido mais cedo. Devíamos ter começado com uma discussão na sociedade açoriana, muito mais cedo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por outro lado começa-se com experimentalismos.

Um programa, por exemplo, como o programa FENIX que não sabemos ainda quais são os resultados positivos porque aplicamos programas e não os avaliamos, ficamos na dúvida da eficácia desses programas.

Depois aposta-se num programa que é Colher, Desenvolver e Integrar, para os jovens institucionalizados, também não sabemos resultados destes programas. Depois achamos que devemos apostar no ensino vocacional. Depois achamos e algumas escolas acham que a melhor forma de combater o insucesso escolar é pela elitização do ensino, elitização do ensino que é feita pelas turmas de níveis, em que colocam numa só turma os melhores alunos daquela escola e vão graduando, ou seja, hierarquizando, fazendo *rankings* com os alunos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Os senhores é que separam! Não é a escola inclusiva!

O Orador: ... desde muito cedo e não creio que isto contribua para o sucesso escolar dos alunos, isto é de facto discriminação.

Por outro lado também tem a ver com as expectativas relativamente ao emprego e quando no emprego não damos mérito a quem estuda e a quem tem resultados, mas favorecemos exatamente quem tem uma filiação partidária, isto leva também a que haja um desmérito e um insucesso do ensino público.

As médias não são boas há muito tempo.

Ou seja, acontece que o insucesso escolar precisa ser discutido com frontalidade nesta Região, identificando todos os seus múltiplos fatores porque não estamos perante problemas novos, os problemas são persistentes e consistentes e justificar alterações de *rankings* de um ano para o outro, com mais um valor, menos um valor, depende exclusivamente dos instrumentos de avaliação utilizados.

Portanto, a prova de Português num ano é completamente diferente da prova de Português no outro ano, quer dizer que pode haver melhores resultados ou piores resultados, em média.

Nós temos que olhar para a realidade e pensar como é que fazemos a redução do abandono e do insucesso escolar nesta Região, mas isto precisa de apostas fortes, consistentes e não forçosamente económicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que acontece é que se apostou no betão em vez da educação e quando nós apostámos no betão em vez da educação, fizemos megas escolas, tirámos os alunos dos seus contextos sociais e isto teve uma consequência que nunca ninguém até agora avaliou, ou seja, é preciso avaliar todas as vertentes

que levam ao insucesso escolar, inclusivamente essa nova lógica de concentrar alunos de várias fases etárias, de tirá-los do meio onde estavam inseridos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque isto tem certamente um contributo no insucesso escolar dos nossos alunos.

Deputado Berto Messias (PS): Isso tem consequências! Foi para os alunos ficarem nas suas freguesias!

O Orador: Os nossos alunos não são diferentes dos alunos do resto do País

Deputado Berto Messias (PS): O contrário é que tinha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está enganado! O senhor devia ter vergonha!

O Orador: Os nossos alunos têm competências que devem ser promovidas.

A escola também tem alguma culpa no insucesso escolar dos alunos e tem a ver com medidas políticas que são implementadas, nomeadamente a ênfase que se dá na promoção dos conteúdos e na transmissão exclusiva de conhecimentos, sem desenvolver competências.

Quando se tem competências, é-se capaz de ultrapassar as dificuldades e o sucesso fica assegurado nos vários níveis de ensino.

Acontece que também se olharmos para a evolução do insucesso escolar ao longo dos vários ciclos de ensino, parece que os alunos dos Açores desaprendem.

O maior nível de sucesso aparece no primeiro ciclo, decresce para o segundo, decresce para o terceiro, aumenta no secundário porque entretanto já desistiram muitos.

Ora, é preciso analisar o que é que está a acontecer com os nossos alunos que pelos vistos ao longo dos vários ciclos de ensino nos Açores, parecem que desaprendem em vez de aprender.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer que a interpelação que o PPM hoje traz a esta Casa é legítima, é uma figura regimental que assiste ao Sr. Deputado e como tal aqui estamos para refletir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga isso ao Sr. Secretário Regional!

A Oradora: A questão não é a legitimidade da iniciativa, a questão é a oportunidade da mesma e a forma como ela é introduzida, porque parece-nos redutor que aqui se queira vir falar de *rankings* ou de resultados meramente olhando os números que nos transmitem os exames nacionais.

Aliás, como eu referi no Plenário passado, aquando da minha intervenção de tribuna no Plano e Orçamento nesta Casa, numa intervenção de fundo, a questão ficou já aflorada, que é nós temos resultados em educação, mas também não escamoteamos e ninguém pôs de parte, aliás foi aqui dito até antes de mim, que este Governo já assumiu que os resultados estão aquém do que queremos e é exatamente para melhorar que a bandeira, diria eu, deste Governo, é de facto a promoção do sucesso educativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Do primeiro ou do segundo Secretário?

A Oradora: Como tal estamos tranquilos porque assumimos (eu falei disso na intervenção, já tinha sido falado antes, o Sr. Secretário já falou) que os resultados não são os que queremos.

Mas há uma coisa que nós temos que reconhecer e que aqui também foi reconhecido, que é o percurso feito desses mesmos resultados e a verdade também é que não se pode descurar que nos vários indicadores dos quais os resultados dos exames são um dos indicadores e um dos instrumentos, de vários, nós temos progredido.

Aliás, respondendo de certa forma àquilo que foi o apelo do Sr. Secretário na sua primeira intervenção, a questão de fundo aqui é, nós estamos, de facto, unânimes ou temos unanimidade em reconhecer que os resultados estão aquém dos esperados.

Mas por parte de algumas oposições, nomeadamente por parte do PSD e também por parte do PPM, parece que querem milagre, o milagre das rosas ou um outro tipo de milagre qualquer, porque acusam que o tempo do Governo é muito, estamos há 18 anos no Governo e não temos resultados. Não, nós temos resultados.

Deputada Judite Parreira (PSD): Só que são maus!

A Oradora: Não se pode é esquecer, como eu citei também anteriormente na minha intervenção de novembro, que o País levou, exatamente por ter entrado tardiamente no mundo da educação, 134 anos para conseguir alcançar uma taxa real de escolarização de 100% nos 4 anos de escolaridade.

Ora bem, vamos ver se nós conseguimos perceber de que tempo falamos.

É verdade que depois para conseguir o que ainda não é uma taxa real de escolarização de 100% no 6.º ano levou-se 44, ou levou-se 38, para o 9.º ano e que não são ainda taxas reais de escolarização dos 100%.

Então nós temos que nos inserir, porque quando os Srs. Deputados aqui chegam e comparam os resultados inserem-nos no País, fazem uma análise comparada com o País. Então sejamos sérios nessa abordagem e vamos fazer uma análise

comparada com o País e com o propósito que de futuro, quando compararmos outros indicadores e outros instrumentos de avaliação do sistema educativo, com o País, não sejamos aqui acusados de estar a pôr as culpas para a República, quando nós temos um sistema à parte, porque hoje aqui nesta Casa, o que se assistiu foi a uma comparação dos nossos resultados com todos os resultados do País.

Portanto, ou bem somos coerentes, ou então não se vai a lado nenhum.

Se é o propósito desta interpelação e das intervenções que nesta Casa se fazem o mediatismo e a contabilização de intervenções de tribuna ou de bancada, eu julgo que isso não é tratar a educação de uma forma séria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Houve de facto aqui Deputados que analisaram com as suas ideologias e com a sua formação de uma forma séria. Queria ressaltar o Sr. Deputado Aníbal Pires que na maior parte da sua intervenção, fez uma intervenção séria e o Sr. Deputado Félix Rodrigues que também fez uma análise séria das questões.

Portanto, nós não podemos aqui querer escamotear.

Ou vimos aqui, seriamente, discutir as soluções da educação, ou vimos então martelar resultados.

Mas como diz aqui alguém, eu vou citar o Sr. Prof. Joaquim Azevedo, que dizia para fazermos como Séneca com os resultados, que é: “em vez de praguejarmos na escuridão ou diante dos problemas, mais vale acendermos uma vela”, já propunha Séneca (uma vez que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tanto gosta da História e de grandes pensadores, esta fica para si).

Ou seja, em vez de virmos aqui martelar os resultados, em vez de virmos aqui transformar alunos do nosso sistema em números, reduzi-los a números, e virmos aqui fazer com que os docentes sejam meros treinadores para exames, eu julgo que será sério, como disse o Sr. Deputado Félix Rodrigues, avaliarmos que competências se têm ganho? Que competências se têm proporcionado que ganhem os nossos alunos?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Depois há uma outra coisa: ouvimos aqui analisar resultados, ouvimos aqui analisar *rankings*, porque os *rankings* há para todos os gostos.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Isso na prática é conversa!

A Oradora: Aliás os senhores devem ter percebido isso. Eu não me centrei nos jornais regionais, centrei-me nos jornais nacionais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu falei em exames!

A Oradora: Nos jornais nacionais nós temos *rankings* para todos os gostos: nós temos um posicionamento das nossas escolas, segundo o *Público* de uma maneira, e temos no *Diário de Notícias* doutra maneira. Tem a ver com a maneira como pegaram nos resultados e mesmo só nos resultados absolutos de seriação nós temos escolas que estão 40 lugares abaixo no *ranking* do *Diário de Notícias*, em relação ao *ranking* do *Público* e temos escolas que estão 19 lugares a cima.

Ou seja, isso demonstra bem, da fragilidade dos *rankings*.

Depois então proponho-vos que façamos uma análise para vermos a fragilidade dos mesmos, do *Público*.

O *Público* traz-nos três tipos de *rankings*: traz um *ranking* geral e depois traz um *ranking* que tem a ver com um número de provas e o número de inscritos em exames de disciplinas realizados e depois traz um terceiro *ranking* que tem a ver com as variáveis dos contextos socioeconómicos, com um pequeno se não: as escolas e as unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores não têm as variáveis para análise que tiveram as do continente, que é o chamado VEC (valor expectável de contexto).

Portanto, eles dizem (isto está no INE, esses dados são dados pela Região e estão no INE) mas eles não foram tidos nem achados para o *ranking* de contexto que o *Público* estabelece.

Ora bem, isto dá bem nota da fragilidade dos rankings. Isso dá bem nota, como vários aqui disseram dessa mesma fragilidade.

Portanto, ou a gente bem quer ver os rankings e então tem que dizer que *rankings* se trata e reconhece a fragilidade deles, que são apenas um mero instrumento e tem que avaliar de forma muito mais profunda os nossos contextos, as nossas realidades, a nossa diversidade, o nosso ponto de partida, onde é que estamos e para onde é que queremos ir.

Nós sabemos, o PS sabe e o Governo também sabe, para onde quer ir. O PS e o Governo querem ir para o sucesso educativo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então digam!

A Oradora: O PS e o Governo trabalham para o sucesso educativo.

Eu ouvi nas intervenções antes de mim falar nas megas escolas. É uma coisa que incomoda imenso o PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Acha que sim?

A Oradora: Deve ter sido porque não tiveram essa ideia na altura que eram Governo.

Mas eu então, se me permitem, e se a Sra. Presidente permite, citaria o Prof. David Justino (também como há bocadinho aqui a Sra. Deputada Zuraida citou Marcelo Rebelo de Sousa, que eu julgo que é de inquestionável ideologia).

Portanto o Prof. David Justino naquilo que é o relatório do estado da educação de 2013, diz na organização da parte das escolas:...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos ver se subscreve!

A Oradora: ... “a questão da concentração, os programas de reordenamento em escolas maiores só começou a ter maior impacto nos últimos 20 anos (obviamente que ele refere-se ao contexto nacional, nós aqui referimo-nos à governação socialista ou aos últimos 20 anos, como os senhores preferirem) representou uma progressiva concentração de alunos e um aumento de recurso à mobilidade geográfica.

Trata-se de uma alteração que apresenta vantagens e inconvenientes: de um lado invocam-se o acesso a melhores ambientes de aprendizagem, melhor utilização de recursos educativos (como as bibliotecas, os refeitórios, os equipamentos, as piscinas) e maior potencial de socialização, socialização escolar (contexto social) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sociabilização é dada pelos pais, mães e avós!

A Oradora: ... e maior racionalidade na afetação de recursos públicos”.

Do outro lado argumenta-se (como muitos fazem aqui), “com o despovoamento das aldeias, com a perda dos efeitos de proximidade e com o tempo despendido em transportes”.

Acrescenta o Sr. Prof. que: “a questão que se deve colocar é de avaliar o saldo entre os benefícios e os prejuízos”.

E ele diz, como Presidente do QNE : “ Entendo que os benefícios, os benefícios educativos para os alunos, superam largamente os prejuízos sociais e territoriais.

O último, o que foi realizado nos últimos 10 anos deveria ter sido gradualmente concretizado ao longo dos últimos 30, (ao longo dos últimos 30) o que não aconteceu por manifesta falta de vontade política”.

Portanto e nos últimos 18, que o PS esteve no Governo foi isso que fez.

O que ele diz é que isso foi feito em toda a Europa, a seguir à II Grande Guerra Mundial, por volta dos anos 50. Nós começámos a fazer no séc. XXI. Só aí já leva meio século de atraso.

A questão, julgo, das megas escolas fica debelada porque na verdade nós transformámos, concentrámos os alunos por uma questão essencial de ganho de competências, que é traduzido pela sociabilização.

Não se pode escamotear que a sociabilização é muito, muito importante e isso só é possível com mais pares da sua idade, com paridade entre os alunos, com o convívio, com a disponibilidade, com o acesso a outros equipamentos, a outros serviços que as pequenas escolas não podem, não têm capacidade, nem se justifica para dar disponibilidade porque depois não têm massa crítica para tal.

Portanto, eu julgo que a questão das megas escolas fica aí debelada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão quando falou, no fim, julgo que os últimos parágrafos da sua intervenção de tribuna, devia ser o mote dessa discussão, que é propor as soluções e debatermos as soluções. Não, o senhor começa pelos resultados, pelos maus resultados e dá os exemplos do 4.º ano e foi buscar (uma infelicidade) como exemplo a Matemática! Oh, Sr. Deputado, a Matemática?! Mas o senhor sabe tão perfeitamente quanto nós todos nesta Casa, quem é que alterou o programa de Matemática do 4.º ano! Quem é que alterou o programa de Matemática do 4.º ano e pôs este País todo às avessas, no qual o exame de Matemática do 4.º ano diz respeito? Foi os Açores? Não. Foi o Ministro do PSD, o Sr. Ministro Nuno Crato, é que alterou o programa de Matemática e baldeou o sistema todo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Como eu já tinha dito na intervenção e o Sr. Deputado Félix Rodrigues pela sua formação profissional sabe, como advoga também David Justino, os exames para terem credibilidade deviam ser feitos todos com questões testadas, deviam usar tudo questões testadas, coisa que não acontece.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade! Nem sequer nas nossas escolas!

A Oradora: Coisa que não acontece nos exames nacionais.

Portanto, isso é meio caminho andado para que os resultados percam validade, para que os resultados sejam frágeis.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu já não estou a falar de *rankings*, eu estou a falar dos resultados concretos. Nós temos que ter estabilidade nos exames. Os graus de dificuldade variam de ano para ano.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Veja os resultados nacionais a nível do 4.º ano, do 6.º ano e do 9.º ano!

A Oradora: Basta ver as reportagens feitas com professores na matéria, com investigadores na matéria que dizem que a instabilidade do nível de dificuldade, não é bom, não é um parâmetro adequado para nós avaliarmos resultados.

Eu já não estou a falar de *rankings*, eu já estou a falar de resultados. Portanto não estou a falar dos *rankings*, eu estou a falar dos resultados que é o que o Sr. Deputado diz que veio aqui discutir, mas mesmo para estes serem fiáveis e confiáveis, exigem que sejam analisados de uma forma séria. Não é chegar aqui e à falta de argumentos para rebater o que o Sr. Secretário elencou, e muito bem, e que eu escuso-me de elencar, nós subimos em termos de níveis, nós subimos as nossas médias, as nossas classificações todas na esmagadora maioria dos ciclos e na esmagadora maioria das nossas escolas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os outros também!

A Oradora: No 9.º ano todas as unidades orgânicas melhoraram a sua média. Todas!

Portanto, ou vamos falar disso de uma forma séria ou então isto aqui é um circo, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso!

A Oradora: ... isto aqui virou um espaço de mediatização.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é falso!

A Oradora: Se alguns Deputados das oposições tratam isso de forma séria, outros querem apenas ter mediatismo com essa interpelação e para isso não contem com o PS.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, cada vez que um Deputado da oposição, um Grupo Parlamentar ou uma Representação Parlamentar aqui trazem uma questão que os preocupa, isso não tem a ver, evidentemente, com a mediatização porque ser-me-á feita justiça no sentido de que alerta há muito anos para os nossos resultados escolares e para o desfasamento destes resultados escolares em relação ao todo nacional.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma intervenção de fundo!

O Orador: Portanto, nós o que estamos aqui a fazer, se os senhores não gostaram do *ranking* que foi elaborado pela RDP em relação a esta questão ...

Deputado André Bradford (PS): Não é não gostaram! É que aquilo foi uma palhaçada!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sr. Deputado, vamos falar de resultados escolares! Detenha-se ao tema!

O Orador: ... e se acham que é pouco subjetivo isso é outra questão, que é menos objetivo, essa é outra questão que será devidamente discutida nos seus locais próprios.

Mas devo dizer que em relação a esta matéria o que é fundamental é que se discuta uma questão que é da maior importância, que é a questão da educação. Nós concordamos ou não concordamos que a educação é absolutamente fundamental para o desenvolvimento económico da Região, para gerar igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, entre todas as famílias e indivíduos. É importante ou não é importante que os nossos alunos estejam entre os melhores do País?

Ninguém aqui ouviu o PPM falar de *rankings*! Não falei em *ranking* do *Público* ou dos outros jornais que o fizeram.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Eu falei em resultados!

O Orador: Falei em resultados dos exames.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E eu também falei!

O Orador: É essa a interpelação que nós aqui estamos a discutir. São os resultados dos exames e são absolutamente objetivos. Os senhores dizem-me: “nós temos bolsas tremendas de pobreza nos Açores ao fim de 18 anos de governação do PS”.

Na vossa perspectiva, essa é a vossa explicação e eu considero que essa é uma explicação válida também.

As bolsas de pobreza, de miséria, de fome, de alunos que vão para as escolas a passar fome e com dificuldades tremendas do ponto de vista social, essa é uma responsabilidade que é vossa também, que é da vossa governação, destes 18 anos de governação.

Portanto, os senhores quando dizem: “nós temos estas dificuldades todas!”, pois temos e os senhores tiveram 18 anos para as resolverem e não resolveram.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah, é? E a crise?

O Orador: A questão é esta.

Portanto, é evidente que condiciona o resultado do sistema educativo e quando me vem dizer é evidente que isto é um fator fundamental e quando o Sr. Deputado do PCP vem dizer: “Bom, nós temos estas dificuldades económicas todas mas nós temos as melhores escolas, temos as melhores infraestruturas e temos os melhores professores, porque para mim os resultados dos exames não contam, o que conta é a realidade social: a realidade social é má, os resultados são maus”. E a escola não faz nada? Não tem nenhum papel? Não pode melhorar? Não pode ter um papel de melhoria no sistema?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Temos melhorado!

O Orador: Ou pura e simplesmente a relação é pobreza, maus resultados escolares, não há qualquer interferência do sistema escolar.

Eu acho que esta interpretação é a interpretação de olhar para o lado e de não fazer nada.

É esta a interpretação do PCP. É não assumir responsabilidades.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não ouviu!

O Orador: Os professores e as escolas estão na disposição de assumir as suas responsabilidades no sentido melhorar o trabalho que estão a realizar. Esta é que é a questão fundamental.

Essa interpretação é muito fácil. Coloca as escolas e os professores de fora da resolução do problema. Esta é uma questão social pura e simplesmente: nós somos os mais pobres de Portugal, logo os nossos resultados são os piores do País.

Eu considero que o sistema educativo, as nossas escolas, os nossos professores, os nossos alunos e as nossas famílias podem inverter esta realidade. Nós podemos fazer qualquer coisa e não podemos estar pura e simplesmente, como Sr. Deputado do PCP diz, a olhar para o lado e a achar que esta questão não diz respeito às escolas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não ouviu!

O seu problema é de audição!

O Orador: Ouvi! Essa foi a sua interpretação Sr. Deputado.

Eu acho que as escolas e os professores têm um papel importante, temos que nos organizar melhor porque aqui tentou-se relativizar os resultados. Volto a repetir. Não foi Matemática: resultados de Matemática do 4.º ano, os piores do País; resultados de Português do 4.º ano, os piores do País ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Fale do secundário!

O Orador: ... resultados de 6.º ano, os piores do País a Matemática e também a Português; resultados de 9.º ano, os piores do País a Português e a Matemática. Portanto, nós ocupamos sistematicamente os piores lugares e a muita distância dos outros distritos ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o secundário, Sr. Deputado?

O Orador: ... e da Região Autónoma da Madeira, quando há uns anos atrás até estávamos à frente da Região Autónoma da Madeira e eles também estão a passar por questões sociais muito difíceis.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já lhe digo da Madeira daqui a bocadinho!

O Orador: Mas algo se passa para que Região Autónoma da Madeira nos últimos 4 anos nos tenha superado nestes resultados e que os Açores estejam a andar para trás em termos de resultados escolares.

Para mim não serve chegar aqui com desculpas, olhar para estes resultados e tentar escamotear as responsabilidades que o PS tem nesta matéria ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa parte já está feita!

O Orador: ... e a absolutamente caótica condução do sistema educativo por parte do PS, nos últimos 18 anos.

Eu não aceito que os alunos dos Açores tenham os piores resultados no ensino básico! Eu não aceito estes resultados!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o senhor tem que dizer como é que se faz para melhorar esses resultados!

O Orador: Eu lanço um desafio ao Governo do PS para assumir que isto não pode continuar.

Por mais que os senhores queiram o PPM irá aqui apresentar, sempre que estes resultados vergonhosos continuarem a acontecer, nós vamos aqui pedir a responsabilidade ao Governo Regional e vamos confrontar o Governo Regional com a responsabilidade por esses resultados que forem obtidos por parte dos alunos dos Açores.

Devo dizer para já, nesta intervenção, que analisarei outros pormenores, mas para já ficamos por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é por falar mais alto que se tem mais razão.

Eu nem vou invocar aqui o facto de ser filho de professor do 1.º ciclo ou ter sido professor de alguns destes ilustres Deputados que aqui estão, que o fui, para invocar a minha profissão de professor e também para dar o meu contributo a este debate.

Eu penso que a primeira coisa que nós deveríamos fazer, como alguns que são mais ligados às áreas das ciências e das matemáticas sabem, é perceber que as medidas de tendência central como são a média, a moda e a mediana, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu gosto mais é do partido!

O Orador: ... são medidas muito frágeis para analisar qualquer série estatística.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é a primeira verificação que devemos ter quando vemos um conjunto de dados e é por isso que há testes e análise de variâncias e desvio padrão, etc..

Portanto, mesmo nestes estudos às vezes há a necessidade de invocar outros parâmetros.

Mas vejamos, de um modo muito rápido, e esta intervenção não é para constar dos *rankings* da RDP, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... vejamos uma base muito simples que é um estudo de 2013, feito por aqueles que se dedicam às ciências da educação todos os dias e não discutem só opiniões, que se chama “Práticas e consequências da retenção escolar a alguns dados do PISA”.

Só para ilustrar e sem ser muito fastidioso eu deveria dizer que há algumas recomendações que aqui estão que são importantes para o sistema educativo nacional mas também dizem-se algumas verdades que são importantes para esta discussão.

Tendo feito estas observações apontamos as principais limitações.

Os dados do PISA são muito úteis para descrições e até para comparação ou associação, mas por si só não justificam, nunca justificam interpretações causais.

Portanto, é importante que quando se atende e entende a um conjunto de comparações em contextos muito diferentes nos Países da Europa, se tenha em

conta que a legitimidade deste estudo pode ser discutida e é discutida por quem trata de investigação e educação todos os dias.

Hoje, aqui, já se falou numa coisa muito importante que qualquer estudo de investigação tem em conta, que é a questão da validade e da fiabilidade desses estudos, quer sejam estudos mais quantitativos, quer sejam estudos mais qualitativos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto não são estudos, são factos!

O Orador: A apresentação destes resultados por jornalistas não é obviamente rigorosa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não!

O Orador: ... do ponto de vista de apreender todas as dimensões do problema, porque não é para isso que naturalmente há essa vocação.

Agora, era importante que quando se falasse de retenção ou de insucesso escolar se percebesse que às vezes sinais como a entrada da escola para alguns países significam insucesso escolar que não são vertidos no estudo. É isto que, por exemplo, esse estudo de 2013 diz para Portugal.

Portanto, quando se fala que há de facto muitos fatores que podem influir no estudo, então sejamos rigorosos. Nós não podemos fazer uma análise de fazer generalizações abusivas com poucos dados ou com uma amostra que se calhar conhecemos bem, para invocar toda uma panóplia de um sistema educativo.

Agora, nós somos sensíveis, todos, àqueles que dizem que é preciso melhorar sempre o sistema educativo, mas deixem-me recordar alguns dados.

Eu também quando fiz o serviço militar obrigatório, como alguns outros, dei a 4.^a classe, na altura era assim, das escolas regimentais a alguns instruendos. Essa 4.^a classe servia para as pessoas poderem ter uma carta de condução, hoje é o 9.^o ano. Eu já estou a falar em 1983, portanto depois da autonomia.

Há aqui um percurso que foi feito nos Açores que não pode ser escamoteado e já agora digo também mais uma coisa: durante anos e anos nós tivemos à frente nos indicadores da Madeira. Nessa altura ninguém se regozijava, antes pelo contrário, bom era não falar desse aspeto.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

O Orador: Mas também deixem-me acrescentar outra coisa aqui.

É falsa a invocação sistemática da questão do betão nos Açores. O betão nos Açores apareceu porque a Comunidade Europeia a isso deu prioridade e a Região Autónoma dos Açores, desde o princípio não seria acautelada se não tivesse utilizado esses fundos comunitários à disposição para melhorar escolas. Aliás, eu não me recordo de nenhum Plano, pelo menos desde 1996, que a oposição não apresentasse propostas em que todas elas ou quase todas elas tinham a ver com o betão ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O rei do betão!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Minha culpa, minha tão grande culpa!

O Orador: ... e com o aumento do betão nas suas sociedades freguesias ou vilas.

Deputada Catarina Moniz Frutado (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é que é a verdade também e é isso que precisa ser dito aqui para ficar de uma vez por todas essa conversa fácil, de que o betão é o mal de todos os males da Região Autónoma dos Açores ...

Deputada Judite Parreira (PSD): Não! É a dimensão!

O Orador: ... e que é isso que de facto condiciona seja o que for, quando toda a gente reclama por infraestruturas nas suas freguesias, vilas, cidades ou nas suas ilhas.

Por isso, só para terminar e para vos dizer que este estudo também diz uma coisa muito interessante: o objetivo da avaliação, ao contrário do que muitos pensam, é identificar e acompanhar as necessidades da aprendizagem não entendidas e não atendidas e não apenas como se está a fazer aqui de documentar o fracasso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Sendo assim passo a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os *rankings* são uma tendência bem visível na nossa sociedade ocidental, e ela ocorre não só em Portugal, ela ocorre na OCDE, ela ocorre a nível mundial; há *rankings* para as universidades; há *rankings* para a educação; há *rankings* para os Países; há *rankings* para as regiões.

É evidente que esses *rankings* têm que ter uma leitura. De facto cada um pode enviar a sua leitura centrando-se apenas num fator explicativo desse *ranking*.

O que é facto é que não é nada bom, não é nada gratificante ver-nos comparados com o México, com a Turquia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Mais pobres que a Turquia!

O Orador: ... e com as regiões mais pobres do México e da Turquia.

Não é agradável!

Por outro lado se não é agradável temos que fazer algumas coisas porque os instrumentos de avaliação devem avaliar simultaneamente conhecimentos e competências.

Ora, esses conhecimentos e essas competências podem ser avaliadas com bons instrumentos de avaliação ou como maus instrumentos de avaliação.

O betão pode ter um efeito positivo, e concordo um pouco com o que disse a Deputada Catarina Furtado, que o que interessa é o saldo.

Ora, perante isto negar que se apostou no betão e que o betão teve efeitos positivos a nível do sucesso escolar, é preciso conhecermos os estudos e a grande pergunta que eu faço: onde estão os estudos que demonstram claramente que o desenraizamento das crianças, dos meios rurais para zonas com grandes

escolas, provocou um aumento do sucesso escolar? Há estudos sobre esta natureza? Eu não conheço. Se sim, dou de bandeja, que possa ser benéfico ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É evidente!

O Orador: ... mas até agora não há sinais claros de que o sucesso tenha aumentado com a concentração de alunos, de várias fases etárias, em que se defendia que os mais pequenos aprenderiam com os maiores, há de facto mais-valias nas competências e nos conhecimentos quando os alunos aprendem em casa com os avós e com a família. Este conhecimento transgeracional tem estado a perder-se e isto era uma mais-valia da nossa sociedade.

Portanto, é preciso fazermos comparações para sabermos de que é que estamos a falar em termos de sucesso ou insucesso escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, tratar do insucesso escolar é tratar também de investimento público, porque cada vez que retemos um aluno no nosso sistema de ensino perdemos dinheiro, portanto também há que otimizar os nossos recursos financeiros.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Daí a retenção!

O Orador: Por outro lado, o que temos visto é que quando se apela para a autonomia das escolas elas têm que ser de facto acompanhadas, tem que se impor determinados limites porque o que vemos nalguns mega agrupamentos é que se fazem *rankings* dentro da própria escola de turmas de níveis, em que temos as turmas dos senhores professores e dos senhores engenheiros e depois as turmas dos pobres, aqueles que à partida os professores dizem: “você não vão passar, vou entreter-vos com qualquer coisa”.

Isto é preocupante no nosso sistema de ensino.

Portanto, é importante que a gente tenha de facto uma via açoriana para o combate ao insucesso escolar e a minha grande pergunta é: afinal qual é a nossa via açoriana para o combate ao insucesso escolar?

Sabendo e acreditando que é extremamente importante combatermos o insucesso escolar ele passa por melhores desempenhos nas provas e também critico as provas porque as provas de avaliação que saem têm que ser efetivamente testadas.

Vejam a prova do 4.º ano de escolaridade de Língua Portuguesa deste ano “Como se espalham as sementes?” e depois fala-se de reprodução e as perguntas são feitas em termos de reprodução com uma linguagem que de facto requer determinadas competências, que requer que se atenda ao contexto social e à literacia daquela comunidade.

Logo, também temos que saber o que é que isto representa em termos de avaliação.

Mas não quer dizer que com isto estejamos condenados aos últimos lugares das médias dos exames nacionais. Isto é preocupante. Temos que fazer um esforço muito grande e o CDS não se demitirá nem abdicará de dar o seu contributo.

Por isso, brevemente, apresentará uma iniciativa exatamente sobre este assunto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Na minha intervenção inicial eu disse certas coisas e houve Sras. e Srs. Deputados, espero que poucos, que entenderam uma outra coisa, por isso impõe-se aqui um esclarecimento e um esclarecimento inequívoco. Eu não questionei, eu não quis questionar a legitimidade desta interpelação. O que eu disse foi uma outra coisa ligeiramente diferente. O que eu disse foi que esta interpelação foi motivada por um pretexto menor ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pretexto menor?! Os exames nacionais?

O Orador: ... quando podia ter sido motivada por pretextos muito maiores e efetivamente muito mais nobres.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: De resto, na política devemos-nos pautar sempre pela humildade, obviamente que todos também prosseguimos objetivos de seriedade. Uma coisa é certa: em julho passado quando abracei as funções de Secretário Regional da Educação e Cultura, eu assumi que o continuado insucesso escolar era o maior flagelo do Sistema Educativo Regional. Eu assumi em simultâneo que a promoção do sucesso escolar era a prioridade do Sistema Educativo Regional.

Por isso, longe de mim, qualquer intento de aqui através de qualquer artifício estar a esconder estas questões que assumi com clareza. Nas diversas intervenções, feitas pelos Srs. Deputados, há algumas coisas que merecem obviamente o meu comentário.

Disse a Sra. Deputada Judite Parreira, que eu fazia tábua rasa do passado. Não faço! Não faço tábua rasa do passado, até por que na construção ainda em curso de um plano de promoção do sucesso escolar contará, e contará em muito, a avaliação do passado, a avaliação dos projetos que foram experimentados no passado e alguns deles com efetivo êxito.

Passando adiante não posso deixar de concordar com o Deputado Aníbal Pires quando disse que os *rankings* são efetivamente falíveis, os *rankings* são efetivamente muito falíveis e os *rankings* se forem levados a sério de mais podem inclusivamente transformar o sistema educativo, podem inclusivamente transformar as nossas escolas numa pequena selva, coisa que efetivamente não desejamos.

A Deputada Zuraida Soares aludiu aqui à escola privada, aos colégios privados, não considero que o Castanheiro seja meu, não considero que o Castanheiro beneficie por parte da minha Secretaria Regional da Educação e Cultura de qualquer situação de vantagem em relação às demais escolas.

Sobre o financiamento do ensino privado, limitar-me-ei a dizer o seguinte: nós estamos num Estado que é um Estado que se preza de ser um Estado de direito. Num Estado de direito o cumprimento da lei é a nossa principal obrigação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em matéria de apoio a instituições de ensino privadas eu limito-me simplesmente ao cumprimento da lei que obviamente foi uma lei aprovada nesta Assembleia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Voltaremos a falar desses apoios, se cumprem a lei!

O Orador: De resto, não é verdade, não pode ser verdade Sra. Deputada, que alguma vez, sistematicamente, em qualquer escola, uma assistente operacional tenha exercido funções de docente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é verdade?!

O Orador: Não pode ser verdade!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não pode ou não é?

O Orador: Não pode ser verdade que sistematicamente uma assistente operacional, tenha sido professora...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não pode ou não é?

O Orador: Não pode ser verdade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Não pode!

O Orador: Não tenho notícias de que seja verdade e se tivesse essas notícias agiria em conformidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas eu vou dar-lhe a notícia!

O Orador: Em matéria de ação social escolar é legítimo reconhecer alguns atrasos pontuais, aliás a comunicação social micalense, do último fim de semana, fez disso eco.

Agora, também, não pode ser verdade que os manuais não tinham sido disponibilizados aos estudantes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Também é verdade! Eu tenho que lhe fazer um relatório das provas que eu trouxe!

O Orador: Também não pode ser!

Mais, em matéria de ação social escolar o dinheiro chega efetivamente às escolas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Podemos trabalhar em parceira!

O Orador: Não chegará certamente todo de uma só vez ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Nem quando é necessário!

O Orador: ... mas uma prova de que o dinheiro chega às escolas, uma prova de que o dinheiro vai chegando às escolas, está no facto de em matéria de ação social escolar 85% dos nossos gastos são gastos com transportes e com alimentação.

Eu não tenho notícia de que nenhum estudante tenha ficado por transportar, nem que nenhum estudante tenha ficado por alimentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, ficaram, ficaram! Vai a pé!

O Orador: Finalmente, é de crer, deve ser verdade, que pontualmente haja problemas com apoios educativos.

Quero acreditar que sejam árvores que não constituam propriamente uma floresta.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Cientes desta questão temos promovido uma análise séria e inclusivamente agora em sede de revisão do Estatuto da Carreira Docente, admitimos a possibilidade de no futuro fazermos uma diferenciação maior entre professores de substituição e professores de apoio, para que em determinadas circunstâncias, talvez muitas, não sei, os professores de apoio não sejam

deslocados para as substituições e os apoios fiquem efetivamente sem a sua retaguarda necessária.

De resto, as carências do ensino público nos Açores devem-se a falta de investimento...

Bem, os nossos recursos são finitos, os nossos recursos não são infinitos. Oh Sra. Deputada mas tem que me fazer justiça ao reconhecer que pelo menos, do ponto de vista relativo, em relação àquilo que se passa à nossa volta, nós investimos bastante mais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mal dos outros! Uma boa maneira de fazer política!

O Orador: O Sr. Deputado Félix Rodrigues, sei que me faz certamente a justiça, de não admitir que eu escondo a problemática do insucesso e de que não quero falar dela na praça pública. Tenho falado nela na praça pública como insistente.

De resto, concordo consigo quando diz que o insucesso depende de múltiplos fatores, é um facto, e quando diz também que os *rankings*, apesar da sua pertinência, que obviamente tem, são um sinal entre outros, da saúde do sistema educativo.

Há uma coisa que eu não posso satisfazer em absoluto agora, que é a justa reivindicação que faz da avaliação de projetos que estão em curso.

Estamos talvez a reportar-nos a alguns que estão em curso há muito pouco tempo: falaria do FENIX, do apoio aos professores do 1.º ciclo.

O que lhe posso dizer é que há efetivamente progressos. São progressos quantificáveis? Neste momento não são efetivamente progressos ainda quantificáveis.

O que fazer afinal?

Bem, afinal há que em primeiro lugar avaliar aquilo que está feito, aproveitar tudo o que é possível. É preciso simultaneamente ir gizando um plano de promoção do sucesso escolar, que seja suscetível de ser aplicado desde Santa Maria até ao Corvo, que possa em simultâneo coexistir com diversas experiências piloto a desenvolver em escolas diferenciadas; um programa que tem que ser desenvolvido em consórcio e os participantes no consórcio são sempre os mesmos: os técnicos da Secretaria Regional da Educação e Cultura, os professores, os dirigentes escolares, as famílias, os especialistas. O objetivo é sempre um: o aproveitamento capaz dos nossos estudantes.

A incidência terá de ser uma incidência forçosamente no pré-escolar e no 1.º ciclo, para que não haja atrasos irreversíveis. Se nós conquistarmos uma criança até aos 10, 12 anos conquistamo-la para sempre; se a perdermos até aí, podemos perdê-la para sempre.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Uma atenção fundamental nos anos terminais do básico, no secundário, com a criação de vias alternativas para evitar mais insucesso para evitar, eventualmente, desistência.

Os resultados, esses Srs. Deputados, virão necessariamente a prazo.

Nas coisas da educação, por vezes, é preciso andar devagar para que cheguemos depressa.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando chega o outono e caem as folhas, caem-nos sobre a secretária também os *rankings* das escolas nacionais.

Deputado André Bradford (PS): Isso é plágio!

O Orador: Mas também, independentemente da estação do ano, quando cai um secretário, logo outro se senta naquela mesma cadeira, com as mesmas palavras de esperança no futuro, e com as mesmas boas intenções que nós temos visto e ouvido de 5 secretários regionais, em 18 anos de governação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao mesmo tempo que cai um secretário e outro se senta, há um outro que se levanta ...

Deputado André Bradford (PS): Falta juntar os dos governos a que o senhor pertenceu!

O Orador: ... como potencial Secretário da Educação e os resultados continuam os mesmos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu comungo da opinião já aqui transmitida de que os *rankings* são o que são. São um instrumento de trabalho, um instrumento de trabalho que não é perfeito, que tem algumas vulnerabilidades com certeza, apesar das correções, dos fatores de correção que foram introduzidos por exemplo no *ranking* do jornal *Público*, feito em parceria com a Universidade Católica e a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mas, é um instrumento que apesar das imperfeições nos coloca todos no mesmo ponto, ...

Deputado José Contente (PS): Coloca mal!

O Orador: ... sendo possível fazer alguma comparação.

No *ranking* das escolas, publicado agora muito recentemente, os Açores nem ficam mal num ou noutra parâmetro, quando a Região é comparada com aquilo que é possível comparar.

Por exemplo, a nossa primeira escola secundária ocupa o nonagésimo sétimo lugar, num universo de 621. Está até numa posição muito confortável e esse conforto será maior se por exemplo nós compararmos a primeira escola

secundária da Região Autónoma da Madeira, que ocupa o lugar 245. Isto talvez dê algum conforto à bancada do PS, ao Governo Regional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já tinha visto!

O Orador: Mas é bom também comparar nesta linha de raciocínio as posições das nossas escolas em relação às da Região Autónoma da Madeira, por exemplo, no 1.º ciclo em que a primeira da Madeira está em vigésimo primeiro lugar a nível nacional, entre 3965 escolas, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E nos Açores?

O Orador: ... enquanto a primeira dos Açores ocupa apenas o lugar 184.

No 2.º ciclo a primeira da Madeira ocupa o octogésimo primeiro lugar e os Açores a ducentésimo oitavo lugar, com 208.

No 3.º ciclo a primeira da Madeira é a décima oitava do País e a nossa primeira é a escola que fica no lugar 200 desse *ranking*.

Ao nível do ensino secundário só há 9 escolas no País pior do que a última dos Açores.

No 1.º ciclo só há 4 escolas no País piores do que a última dos Açores.

No 2.º ciclo só há 2 escolas piores do que a última dos Açores.

No 3.º ciclo não há nenhuma pior porque a pior é dos Açores.

Isto vale o que vale mas não pode deixar ninguém sossegado, não pode deixar ninguém tranquilo, nem pode (vou dizer de maneira diferente) nem devia, deixar ninguém de consciência tranquila passados 18 anos de governação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas se os *rankings* são o que são e têm os defeitos todos que têm vamos então a coisas mais concretas e vamos aos resultados, porque de facto nós temos resultados na educação e temos um percurso feito, só que o percurso é sinuoso e os resultados são maus. Se não vejamos:

No ensino básico o insucesso em 2012, são os dados que estão publicados, para o nosso País, no ensino básico, por exemplo, a taxa de insucesso é de 9,9%, repito, 9,9%; a pior região do continente é o Algarve com 11,5%; a Madeira tem 12,9%; os Açores têm 16,5%.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Esta intervenção é de fundo?

Deputado André Bradford (PS): Mais ou menos!

O Orador: Mas vamos ver o que acontece no ensino secundário, no mesmo ano de 2012.

A taxa de sucesso no País é de 79,9%; a pior Região do País continua a ser o Algarve com 73,8%; a Madeira tem 76,7%; os Açores têm 68,9%.

Nós estamos a comparar o que é comparável e não estamos a falar de *rankings*, estamos a falar de resultados efetivos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É uma intervenção de fundo!

O Orador: Mas se não nos queremos comparar com os outros, comparemo-nos com nós próprios, isto é o caminho feito ao longo deste tempo.

Vejamos então:

Por exemplo, a taxa de retenção e de desistência no ensino básico nos Açores, em 2007, para o 1.º ciclo, era de 3,2%; ...

Deputado José Contente (PS): E no seu tempo, quanto era?

O Orador: ... o último ano a que se reportam as estatísticas da Secretaria de Educação é de 2012, portanto se eu não tenho dados mais atualizados, por favor não me imputem responsabilidades porque elas são da Secretaria da Educação que não as publicam no seu site.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vou voltar a repetir para não perdermos o fio à meada: a taxa de retenção e de desistência no ensino básico, no 1.º ciclo em 2007, era de 3,2%.

Deputado José Contente (PS): Pouca gente na escola!

O Orador: Em 2012 sabem quanto é que foi? Passou de 3,2% para 12,4%. Quatro vezes mais, sensivelmente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os senhores não queriam? Isso era o facilitismo?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Artur Lima e José Contente)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Joaquim Machado conclua a sua intervenção.

Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Eu percebo este natural incómodo do PS ao ser confrontado com os resultados da sua governação. Não é um *ranking*, são os resultados da governação socialista.

No 2.º ciclo essa taxa de retenção e desistência, em 2007 era de 10,2%, em 2012 passados mais 5 anos de governação já estava em 14,2%.

No 3.º ciclo era de 15,9% em 2007, passou para 23,4% em 2012.

Deputado José Contente (PS): Mas os senhores foram sempre a favor da retenção! Eram contra o facilitismo!

Quando havia sucesso era facilitismo!

O Orador: No total destes três ciclos do ensino básico passamos de 8,4% de retenções e desistências em 2007, para 16,5%, o dobro, em 2012.

Portanto, não é *ranking*, e já nem sequer nos comparamos com outras regiões, nomeadamente com a Região Autónoma da Madeira, que terá condições de urografia, de dispersão, de demografia, muito semelhantes à nossa, e de ponto de partida também.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E tem! Nós temos nove ilhas! Eles têm duas!

O Orador: Comparando-nos com nós próprios chegamos a esta coisa incrível que é de 2007 a 2012, ter duplicado o número de alunos dos Açores retidos ou que desistiram da escolaridade obrigatória.

O Sr. Secretário Regional, não se mostrou, bem pelo contrário, adepto dos *rankings*, nem dos exames nacionais, porque eles de facto não medem tudo que há para medir em educação, nomeadamente em termos de sucesso, mas logo se socorreu desses números para dizer que nós tínhamos feito uma evolução muito boa do ano letivo de 2012/2013, para o de 2013/2014.

Oh Sr. Secretário, fê-lo porque certamente davam-lhe jeito esses pequenos saltinhos verificados em algumas unidades orgânicas e em algumas disciplinas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Algumas, não! Todas!

O Orador: Mas vamos a coisas concretas, vamos a coisas mais sérias e mais estruturantes, que não são a pontualidade desta ou daquela escola ter variado o sucesso ou a percentagem dos alunos bem-sucedidos dos exames nacionais do ensino secundário, que como o senhor sabe muito bem isso varia em razão de muitas coisas, entre outras também, do número de alunos que se apresenta a exame.

Mas vamos a coisas concretas:

Por exemplo, no 1.º ciclo a taxa de sucesso na Língua Portuguesa em 2002 era de 58,5%.

Sabe qual foi a taxa de sucesso na Língua Portuguesa no 1.º ciclo em 2013?

Passamos de 58,5% para 41,4%.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Grande evolução!

O Orador: Em Matemática, no mesmo período: de 54,4% em 2002, para 46,6% em 2013.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é que é progresso!

O Orador: Nós ficamos em Matemática a dez pontos percentuais abaixo da média nacional.

Estes números frios, eu diria mesmo, trágicos, da nossa educação, justificam sempre, sempre, e cada vez que um Deputado aqui se possa levantar ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A sua intervenção é cómico-trágica!

O Orador: ... e possa através da figura regimental que melhor entender, pôr à nossa reflexão, a nós que temos responsabilidades sobre a governação da Região, porque é o nosso futuro que está em causa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E medidas para o futuro?

O Orador: Já dizia em maio de 2006 aqui nesta Casa, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que depois disso veio a ter responsabilidades também na Secretaria da Educação, na sequência de umas Jornadas Parlamentares do PS, uma jornadas que tiveram por título “Melhor Educação, uma responsabilidade de todos”, a senhora dizia, e bem, que “era urgente reforçar as medidas de combate ao insucesso escolar e a saída precoce do sistema educativo”. Era verdade. Disse-o, mas teve oportunidade de fazer alguma coisa sobre isso ...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): E fiz!

O Orador: ... e os resultados a que nós chegamos infelizmente comprovam o contrário.

Tanto comprovam o contrário que o Sr. Secretário da Educação, chegado à Secretaria Regional em julho passado, logo se apressou, mas sem que com isso tivesse menos clarividência, a dizer que o que se tinha feito em educação até agora não tinha sido mais do que colocar pensos em cima de uma ferida grande e profunda.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto tinha razão, Sr. Secretário, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Todos têm razão!

O Orador: ... porque 18 anos, 5 secretários regionais, políticas avulsas seguidas, com legislação que se cria, com a fusão de diplomas, com a revogação de tudo e voltar a um diploma novo, com programas e programinhas que se têm feito sem a avaliação...

E não é apenas como o senhor acabou de dizer destes programas que estão em vigor há pouco tempo, que não têm ainda avaliação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Então proponha programas, Sr. Deputado!

O Orador: São dos outros que se abriram, que se fecharam e que se voltaram a abrir e que se voltaram a fechar, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Deputado, o senhor ainda não disse nada!

O Orador: ... que nós nunca vimos um estudo feito sobre eles, ainda que os resultados sejam estes que tragicamente aqui vos dei conta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ou de, por exemplo, de professores que têm falta de formação porque aquela bancada que ali está e o Governo onde o senhor hoje se senta, acabou por fechar centros de formação de escolas, de associações de escolas que não sendo perfeitos, certamente concorriam e contribuía de forma muito importante para uma constante atualização do nosso corpo docente que como sabe é muito carenciado deste tipo de formação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Termina, dizendo ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ainda não disse nada!

O Orador: ... que esta matéria é uma matéria que preocupa todos, preocupa alguns que fazem bons discursos, ainda que os resultados sejam divergentes destes bons discursos.

No Dia da Região de 2013, o Sr. Presidente do Governo dizia aqui que um dos desafios que a autonomia ainda não conseguiu superar foi exatamente os que dizem respeito ao sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar precoce. Tinha razão! Mas também certamente têm razão aqueles que aqui e sempre quando os resultados assim apontaram puderam concluir que esta via açoriana, no caso da educação, é uma via sinuosa que tem colocado em risco o futuro dos Açores, porque de facto os nossos filhos mereciam mais e melhor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem várias inscrições, ficarão naturalmente para a tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 3 minutos e 30 segundos;

PS – 10 minutos e 30 segundos;

PSD – 6 minutos;

CDS-PP – 1 minuto e 10 segundos;

BE – já não tem tempo;

PCP – 45 segundos;

PPM – 8 minutos e 45 segundos;

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Peço aos Líderes o favor de se aproximarem da Mesa.

Eram 13 horas e 08 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 51 minutos.

Para continuar este debate dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de participar também neste debate, uma vez que me parece que esta interpelação do PPM suscita também alguns esclarecimentos pertinentes.

É evidente que uma interpelação sobre educação é sempre um momento em que se podem debater as coisas, embora convenha que não se misturem as coisas e não se debatam pela rama e só pela parte que interessa.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que a questão dos *rankings*, como todos nós sabemos, é necessariamente redutora, porque nós estaremos sempre a comparar escolas, unidades orgânicas inseridas em meios culturais, sociais, totalmente díspares.

Desde logo, porque compara o ensino privado, com o ensino público; porque mistura escolas que se inserem em zonas onde predominam famílias com dificuldades num contexto sócio- económico muito diferente daquelas que se inserem, por exemplo, nos meios urbanos; porque compara as dos meios rurais com aquelas de cidades maiores.

Portanto, temos aqui uma série de variáveis e de fatores que levam até que pessoas entendidas e que trabalham amiúde nessas questões digam que a variedade de fatores é de tal ordem díspar que não é possível com seriedade olhar estes números sem os analisar na sua evolução, ou seja, muito melhor seria avaliar, por exemplo, como muitos dos bons professores fazem, a progressão dos seus alunos, ou seja, qual era o ponto de partida em que estávamos quando se iniciou e a que ponto chegámos, mesmo que isso implique que esse aluno progrida do nível 1, para o nível 2. Há uma progressão. É isso que deve ser avaliado.

Quando nós não fazemos isso e avaliamos por cima e comparamos o que é, no fundo, incomparável, não podemos querer estar a entrar numa avaliação séria.

Depois, é preciso dizer que as medidas de combate ao insucesso escolar na Região, são muito antigas e recuam um tempo que é necessariamente diferente daquele que estamos a viver hoje.

Eu acredito que em 96, quando o PSD ainda governava a Região, havia também uma preocupação com o insucesso escolar, apesar de termos de dizer também que a escola de hoje não pode ser comparada à escola dos anos 80, ou à dos

anos 70, ou mesmo à dos anos 90, porque estamos a falar hoje de uma escola que se massificou.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é falso!

A Oradora: Hoje nós temos nas escolas todos os alunos.

Na altura em que o PSD governava a Região tinha uma elite. É muito fácil nós conseguirmos bons resultados quando temos os melhores alunos nas escolas. Não há quase insucesso ou há pouco insucesso.

Deputado José Ávila (PS): É verdade! Aí é que está!

A Oradora: Mas se repararmos para a taxa de analfabetismo, se calhar essa é muito superior à dos dias de hoje.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Depois, Srs. Deputados, é preciso dizer também que foi com os governos do PS que nós tomámos medidas que, por exemplo, só agora, vejam bem, o Governo Social Democrata está a tomar na República: a questão da introdução do Inglês ao nível do 1.º ciclo, que hoje nos jornais nacionais se lê que “é uma grande novidade! Os alunos vão aprender...”. Nós na Região ficamos a pensar: “grande novidade!”, nós já fazemos isso, há anos, há anos Srs. Deputados, há décadas.

Mais, as questões das aulas de apoio. Nós temos as aulas de apoio na nossa Região há muito tempo. Foi uma medida corajosa dos Governos do PS.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vê-se logo que não dá aulas há 17 anos!

A Oradora: Mas há mais: a questão da introdução das necessidades educativas, dos alunos com necessidades educativas especiais na escola.

Foi uma medida do PS!

Nós tivemos a coragem, porque é disso que se trata, coragem, de integrar esses alunos e recordar-se-ão alguns Srs. Deputados do barulho que foi na altura, nomeadamente por alguns Srs. Deputados do PSD, que viam todo o interesse em desvalorizar isso e em dizer que não resultaria.

De facto, hoje, não se ouve nada sobre isto, os alunos estão integrados, estão incluídos, porque nós estamos a falar de um tempo de inclusão, não de exclusão e de repulsa, como muitos anos antes de chegarmos ao Governo acontecia, em que os alunos faziam percursos no mercado de trabalho, com 16 anos estavam a trabalhar e não estavam na escola. Mas disso os senhores já não se lembram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Continuando, nós fizemos ao nível de medidas, a questão de criar percursos paralelos dentro da própria escola, ou seja, a possibilidade de, por exemplo, a criação de cursos PROFIJ, a introdução até das escolas profissionais, como bem se lembram, era apenas a Escola Profissional das Capelas, na altura em que abandonaram o Governo e que hoje existem dezenas espalhadas por quase todas as ilhas da Região.

Deputado André Bradford (PS): Têm amnésia seletiva!

A Oradora: Portanto, Srs. Deputados, o percurso, aquilo de que estamos a falar é comparar o que também é por si incomparável.

Mas o que me faz alguma impressão é os Srs. Deputados, durante anos, e eu própria tive oportunidade nesta Casa de discutir a questão dos resultados escolares e lembro-me que alguns Deputados não tinham sequer interesse em

falar disso. Queriam era falar das obras, do betão. Havia um Sr. Deputado que, particularmente, tinha uma obsessão com a Carta Escolar e vinha para os Plenários perguntar, uma vez perguntou-me até a mim, quando é que uma determinada escola estaria concluída. Eu respondi-lhe, na altura, que não era empreiteiro.

E assim é, Sr. Deputado. Hoje o PSD chegou ao debate do insucesso escolar. Bem-vindos! Eu julgo e o Sr. Deputado Joaquim Machado citou-me, há pouco, que é um debate válido, é um fator de preocupação. Nós devemos estar preocupados com isso, não devemos dramatizar, devemos querer fazer parte da solução e não do problema.

Deputado José Ávila (PS): Isso sim!

A Oradora: O PSD, ao longo desses anos, fez muito mais parte do problema do que parte da solução.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O PSD é que está a governar!

A Oradora: O que é triste neste debate é haver uma certa alegria quando as coisas em matéria do insucesso escolar não correm bem.

Mas queria dizer também, Srs. Deputados, que verificou-se uma evolução na educação dos Açores e esta evolução deu-se também por via de um pendor excessivamente avaliador que o sistema educativo adquiriu (excessivamente avaliador).

Eu julgo que não é também correto nós termos alunos nas escolas quase exclusivamente a entrar numa espiral de preparação para os exames. É preciso ter em atenção que os alunos estão na escola para serem formados, para serem educados e não apenas para se preparem para ser avaliados.

Nós depositamos um esforço enorme nos nossos professores, a preparar para um elemento de avaliação, que como disse e bem, o Deputado Félix Rodrigues, muitas vezes nem está bem formulado e vale, repare-se, 30% da classificação final de um aluno, quando o aluno despende horas do seu tempo, do seu esforço, dos seus pais, das suas famílias para estar na escola e isto vale os outros 70%.

Portanto, nós devíamos era repensar este pendor excessivamente avaliador que o nosso sistema educativo adquiriu. Nós já não formamos, nós avaliamos e avaliamos quase só, sumativamente. Isto é um erro que vamos pagar.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, para fazer este debate com seriedade teremos sempre que pensar e dizer que o ponto de partida de que saímos muito, muito inferior ao de outros Países, mesmo ao nível de Portugal nós sabemos que os Açores têm características sociais muito diferentes.

Não valorizar isto, não atender a isto, é tapar parte do problema.

Finalmente, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu reconheço humildemente que o meu contributo na passagem que tive pela Secretaria da Educação não terá sido do seu agrado ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Do meu não! Dos açorianos!

A Oradora: ... aliás pela insistência com que me cita, não deve ter sido.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que por mais pequeno que tenha sido o meu contributo na Secretaria da Educação, foi infinitamente maior do que o do Sr. Deputado para este debate.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção muito rápida, aliás pelo tempo que me resta, e dizer o seguinte: o PS está no Governo há 18 anos. Esteve como responsável da educação durante 12 anos o Secretário Regional, Álamo Meneses ...

Deputado Francisco César (PS): E o que é que faz agora o Dr. Álamo? É Presidente da Câmara de Angra!

Deputado Berto Messias (PS): Atual Presidente da Câmara de Angra!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: ... esteve durante 12 anos como Secretário da Educação, Álamo Meneses...

Deputado Berto Messias (PS): E atual Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que derrotou a coligação PSD/CDS!

O Orador: ... o principal responsável pelo estado da educação a que chegou os Açores e comparável com a Região mais atrasada do México, Chiapas.

Um homem que durante estes anos todos escondeu resultados, falsificou resultados, ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... inventou normas, recusou-se a ser comparado com os *rankings* nacionais, ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que ainda não digeriu a derrota!

O Orador: ... tentou martelar resultados, é claro que quem pega agora na situação herda um pesado fardo deixado por Álamo Meneses.

É uma herança pesada e grande de martelar resultados.

Mais, quando um professor se atrevia numa determinada turma a chumbar mais do que o número o Sr. Secretário achava, mandava a Inspeção da Educação, em cima desse professor...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar Sra. Presidente.

... para não chumbar os alunos.

O que acontecia durante o consulado, dos consulados permanentes, de Álamo Meneses, é que os alunos faziam instrução primária e chegavam ao 2.º ciclo não sabiam escrever o seu nome e foram passando sempre.

Portanto, se há inimigo do sucesso escolar, se há um responsável principal disso, chama-se Álamo Meneses.

Os números que foram aqui apresentados entre 2007 e 2012, faço a justiça, à ex-secretária Cláudia Cardoso de ter tornado realista a avaliação do ensino nos Açores.

Por isso mesmo é que se calhar em vez de estar ali, está ali naquela bancada.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional pede a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para um protesto.

Presidente: Um protesto relativo a?

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Relativo à afirmação de falsificação de resultados por parte do anterior Secretário Álamo Meneses!

Presidente: Tem a palavra Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma breve para refutar, mas sobretudo protestar a acusação feita pelo Sr. Deputado Artur Lima, aliás, acusação feita e não fundamentada, mas pela sua gravidade não posso deixar de apresentar este protesto dizendo que naturalmente o Governo não se revê nas acusações que faz de falsificação de resultados.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Não sei se o Sr. Deputado Artur Lima quer utilizar da palavra para um contraprotesto.

Tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho duas intervenções para o meu *ranking*, hoje, portanto já não está mau.

(*Apartes inaudíveis*)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima possa fazer o seu contraprotesto.

O Orador: Sra. Secretária Regional, compreendo o seu incómodo, aceito que se sinta incomodada, aceito que por dever de função V. Exa. tenha que defender o indefensável.

Agora, o que é factual é que durante anos escondeu-se o verdadeiro insucesso escolar dos Açores, porque inventou-se um método de avaliação próprio e quando foi comparado com o nacional veio tudo ao de cima de uma vez, Sra. Secretária. Aí é que eu falo da falsificação de resultados!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sr. Deputado, o meu protesto foi muito objetivo!

O Orador: Aí é que eu falo da falsificação de resultados! Nesse sentido. Aliás, bem demonstrado aqui pelos números revelados, factuais, que o Deputado Joaquim Machado aqui apresentou.

Lamento ter que dizer isto, mas a verdade foi escondida e ainda mais: a aposta no betão foi contra o sucesso na educação!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para continuarmos no debate dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dar resposta a algumas das afirmações feitas pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Eu percebo a necessidade que ela teve de vir a este debate, não para justificar o trabalho que não fez na Secretaria da Educação, mas antes para subliminarmente dizer ali ao Sr. Secretário Regional da Educação que previna-se.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): É uma brincadeira!

O Orador: Previna-se porque os resultados das provas feitas no tempo da Sra., então, Secretária Cláudia Cardoso, por exemplo no 1.º ciclo em Português eram de 68,2%, enquanto que em 2013, depois de terminado o mandato breve que ela teve na secretaria, esses resultados baixaram para 41,4%.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não vai dizer que foi falsificação!

O Orador: Mas convenhamos que isso não foi obra do trabalho da Sra., agora, Deputada Cláudia Cardoso na Secretaria da Educação, porque há, uma diferença entre estes dois momentos: em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 até, nós tínhamos excelentes resultados nas provas do 1.º ciclo. Mas sabe Sr. Secretário por que é que tínhamos estes resultados nessa altura? Porque tratava-se de umas provas de âmbito regional, ironicamente, quando nós tínhamos um currículo nacional. Ironicamente, hoje, com um currículo, dito regional, fazemos os exames nacionais. Mas quando passámos a fazer os exames nacionais, os resultados baixaram para os tais 41%.

Bom, a Sra. Deputada fez uma afirmação que não corresponde, nem de longe nem de perto, à verdade, que é uma afirmação que repetidamente o PS faz sobre a massificação do ensino.

Deputado André Bradford (PS): Corresponde, corresponde! O senhor é que não gosta!

O Orador: Eu tenho que dizer o seguinte.

No ano escolar de 95/96, último ano da governação do PSD, estavam matriculados nos Açores cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove alunos. Cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e nove alunos.

Hoje em dia, Sr. Secretário, quantos é que temos? Temos menos de quarenta mil.

Deputado José Ávila (PS): E quantos iam à escola?

O Orador: Portanto sobre a massificação do ensino estamos conversados.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Enquadre isso na população jovem!

O Orador: Oh Sra. Secretária Regional, a senhora acha que no período de 18 anos a nossa população jovem baixou 28% nos Açores?

A senhora quer dizer que esta diferença, que baixou 28% ...

(Aparte inaudível da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

O Orador: A senhora não sabe. A senhora não sabe os dados da demografia, portanto atira assim umas palavrinhas para o ar para ver se isto dá um estalinho. Não dá. Nós precisamos é de foguetes, precisamos é de resultados e esses com o PS não se alcançaram.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, o Sr. Secretário Regional ainda agora, naquele jogo de argumentos, fazendo a comparação entre resultados de 2013 e de 2014, esqueceu-se de referir mais um dado.

Há de facto um dado muito interessante na evolução dos nossos resultados no ano letivo que terminou em 2013 e 2014, por exemplo ao nível da Matemática no 1.º ciclo, Sr. Secretário.

De facto os resultados melhoraram de 2013 para 2014: em 2013 a nossa média tinha sido de 46,6; em 2014 foi de 47%. Portanto melhorámos quatro décimas percentuais.

Se a média nacional, em Matemática, estagnasse nos atuais 56,1%, que é nove pontos percentuais acima da média dos Açores, se estagnasse ao ritmo que nós melhorámos de 2013 para 2014, sabe quantos anos nós precisávamos para alcançar a média nacional? Vinte e três. Vinte e três anos que precisávamos, para chegarmos à média nacional. Isso diz bem da errância e dos maus resultados a que o PS tem conduzido a educação nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Finalmente para terminar, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, eu não tenho mérito nenhum na educação porque nunca tive essa pasta. Eu percebo que a senhora esteja preocupada com isso.

Eu não estou aqui atrás de méritos, agora sei e percebo que a senhora fuja das responsabilidades que teve e dos erros que cometeu.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): O senhor foi Subsecretário da Comunicação Social!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

Tem apenas cerca de dois minutos.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Serão suficientes, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também muito rapidamente.

Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. Deputado tem-se em grande conta, mas compreenderá que nem todos têm a obrigação de tê-lo na conta que V. Exa. se tem.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu não mando recados, não mando recados muito menos por si, convenhamos.

Eu gostaria de acrescentar mais um dado a esta discussão.

O senhor compara aqui, novamente, como eu disse na minha intervenção anterior, o incomparável. Querer fazer a comparação do número de alunos na escola atualmente, com o número que havia noutra altura, é claramente incomparável, atendendo aos números globais, o senhor tem que considerar a proporção das taxas de natalidade que influem, naturalmente, nessa diferença.

Depois, Sr. Deputado, lia-lhe, apenas uma parte de um relatório feito pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, que trabalhou em parceria com a Secretaria Regional da Educação, no projeto Qualis e noutros projetos que estiveram relacionados com a avaliação externa das escolas e que diz o seguinte: “a opção de basear a componente quantitativa da avaliação externa em indicadores de desempenho académico, não representam necessariamente a totalidade da ação da escola nas crianças e jovens e implica até perdas ao nível da riqueza da análise”. Isto dito por peritos da Universidade Católica, não por mim, sobre aquilo que é e que se baseiam os *rankings*.

Depois Sr. Deputado, é preciso nós termos consciência disso: foram tomadas muitas medidas e algumas de natureza profundamente estrutural e estruturada para combater o insucesso escolar.

Às vezes não foram bem sucedidas. Houve casos em que não resultaram e que teve que se desistir delas e houve outros casos que persistem, que é o caso do Projeto FENIX; é o caso, que por acaso surgiu na altura em que eu estava na Secretaria da Educação, dos apoios a Português e Matemática do 1.º ciclo.

Mas o Sr. Deputado sabe que a avaliação externa das escolas é feita pelo Ministério da Educação e sabe também que quando nós estamos, e por isso eu tive a possibilidade e achei que era ponderado tomar a medida de avançar para fazermos aquilo que eram os exames nacionais, porque efetivamente nós tínhamos que comparar o que era passível de ser comparado e não fazia sentido termos os exames regionalizados.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Foi por isso que se avançou com esta iniciativa.

Mas o que o Sr. Deputado tem que ver é que não se deve, não se pode, em educação, ter duas coisas: uma perspetiva redutora que reduz tudo a *rankings* e

a Cartas Escolares e uma perspectiva de vistas curtas. O Sr. Deputado quer resultados assim à “pudim instantâneo”.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já têm tempo mais que suficiente! Já estão há 18 anos!

A Oradora: Isto não existe em educação, Sr. Deputado! Isto não existe!

A prova é que os vossos Governos da República falharam redondamente, muitas vezes, em medidas neste sentido.

Portanto, nós vamos demorar anos a ter os resultados que gostávamos de ter, mas vamos tê-los.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Dezoito anos!

A Oradora: Vamos tê-los, Srs. Deputados, porque temos trabalho feito e temos trabalhado afincadamente para os conseguir.

Nessa altura estarei por cá, espero eu, para ouvir os Srs. Deputados elogiarem os resultados do PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem agora a palavra, mas tem apenas cerca de um minuto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sob pena de prejudicar uma intervenção que a Deputada Judite Parreira ia fazer, mas eu tenho que refutar, em absoluto, aquilo que disse a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, porque nós não estamos a comparar o incomparável. Eu não falei de *rankings*, eu não foquei a minha intervenção nos *rankings* depois da primeira alusão que fiz.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Falou na primeira intervenção!

O Orador: Falei de resultados. Falei de resultados que eram comparáveis, de resultados que nos posicionam, no último lugar do País, entre os piores da União Europeia, nos piores da OCDE, naquilo que é possível comparar.

Mas sabendo que o PS ia escudar-se nesse argumento, no argumento dos *rankings* e na perturbação que a análise que esses mesmos *rankings* podem provocar, comparei o PS com a sua própria governação...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Imagine que não era comparável com o tempo do Partido Social Democrata!

O Orador: ... com aquilo que foi a evolução dos dados de, por exemplo, 2002 para 2014, de um Governo que tem 18 anos de responsabilidade.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Compare com os resultados da vossa altura!

O Orador: Os alunos que entraram no sistema educativo da Região quando pela primeira vez os senhores assumiram responsabilidades governativas, ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... hoje têm 24, 25 anos. Fizeram o percurso todo, portanto é tempo de apresentar resultados, acabou-se o tempo das desculpas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, presumo que seja para encerrar o debate.

Poderá ou não ser, mas de qualquer forma não havendo mais inscrições, o Sr. Deputado Paulo Estêvão encerrará naturalmente depois do Sr. Secretário, é o interpelante é que encerra o debate.

Sr. Secretário tem então a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que tenha evidenciado durante as minhas intervenções fatores e sinais de algum sucesso, é verdade. Foi um ato de justiça para todos quantos, com muita dificuldade, pugnam diariamente pelo sucesso dos nossos jovens.

Agora, que tenha escondido “o sol com uma peneira”, é mentira. Não o faço, nunca o fiz, dá mau resultado para todos.

Uma vez mais, falou-se aqui de, sem referir os nomes, Álamo Meneses, Lina Mendes, Cláudia Cardoso, Fagundes Duarte, agora Avelino Meneses.

Cinco Secretários, no espaço, só faltou dizer curto, de quase ou de mais de 18 anos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sendo que quatro foram nos últimos cinco!

O Orador: Continuando na história podíamos referir outros nomes: Reis Leite, Maria Mendes, António Rosa, Aurélio da Fonseca, Bento Barcelos.

Cinco Secretários exatamente no mesmo tempo.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem! E...

O Orador: Que a gente se vanglorie pelas vitórias é compreensível, agora ninguém deve vangloriar-se daquilo que no mínimo é um empate técnico.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E os resultados!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os exames nacionais e os *rankings* das escolas foram um pretexto menor ou não para que se falasse de uma questão inequivocamente maior, a saber, o desempenho do sistema educativo regional.

Como se viu, um desempenho que evidencia sinais de progresso, que prognostica melhor futuro.

Para tanto, não de influir o empenhamento dos professores, dos dirigentes escolares com quem mantemos um contacto estreito. Para tanto, não de influir também o envolvimento das famílias, o envolvimento das comunidades.

Tudo junto, incutirá por certo no espírito e na ação dos estudantes, maior capacidade de encarar e de vencer os nossos desafios.

O resultado desta interpelação, a avaliação desta interpelação, será feito pelos que aqui não estão.

A mim compete-me fazer. A todas as Sras. Deputadas, a todos os Srs. Deputados compete propor.

Oxalá que consigamos melhorar sempre as nossas prestações.

Tenho dito.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora então para encerrar esta interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação Parlamentar ao Governo Regional tinha como objetivo discutir um assunto maior, um assunto transcendental no âmbito da educação, que tem a ver com o insucesso educativo.

O insucesso educativo tem que ser medido por objetivos e tem que ser medido por dados que são inquestionáveis.

Falou-se aqui em *rankings*.

Da parte do interpelante nunca foram utilizados nenhuns números relacionados com *rankings* que foram elaborados pelos diversos jornais.

Foram utilizados dados absolutamente objetivos: os exames nacionais que são idênticos e que foram administrados de forma idêntica em todo o território nacional. Provas idênticas e critérios de correção idênticos em todo o território nacional.

É isto que é absolutamente comparável.

Eu devo dizer aqui o seguinte, eu gosto de ser justo.

Deputado Francisco César (PS): Então diga!

O Orador: Apesar das muitas disputas políticas que tive com a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, ao longo destes seis anos, eu devo dizer-lhe o seguinte: eu sempre lhe reconheci coragem política.

Eu quero aqui lembrar um discurso que a Sra. Deputada realizou na condição de Secretária Regional da Educação na altura, só vou ler um pouco, em que dizia: “Há alterações que vamos fazer já no próximo ano.

Como se sabe as PASE passarão a ser as PASE feitas a nível nacional, não serão as PASE regionais”.

E há um aparte de um Deputado que sou eu, que diz: Muito bem!

Continua: “Vamos adotar os testes intermédios...”.

E há outro aparte de um Deputado que sou eu, que diz: Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): É Natal! É Natal!

O Orador: A oradora continua e diz : “... que é outra das medidas a tornar obrigatório e transversal a todas as escolas, embora como se sabe algumas escolas já os adotavam”.

Há um Deputado que pronuncia um outro aparte, que sou eu, que diz: Concorde.

Deputado André Bradford (PS): Que bonito!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Finalmente, Sr. Deputado!

O Orador: Eu devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que teve a coragem política de desmontar como aqui muito bem disse o Sr. Deputado Artur Lima, um sistema que escondia os resultados e que os falsificava. É verdade! Que os falsificava!

Portanto, nesse sentido o que estava a suceder é que nós estávamos a realizar PASE mais fáceis e depois tínhamos percentagens muito superiores.

Quando passámos a ter os exames nacionais, a implementar as PASE nacionais e a realizar provas iguais, como foi demonstrado, a percentagem diminuiu drasticamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem era o Secretário?

O Orador: Álvaro Meneses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Álvaro Meneses!

O Orador: O senhor que é hoje o Presidente da Câmara Municipal é que foi durante muitos anos responsável pela educação nos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Doze!

O Orador: ... conseguiu durante muitos anos disfarçar esta situação e a Sra. Deputada teve a coragem, porque eu tenho a certeza absoluta, que tinha a consciência que os resultados reais do sistema educativo açoriano, se tornariam a partir daí visíveis.

É preciso ter coragem para assumir esta posição. Não é uma posição de defender o partido, Não foi. Foi uma posição de defender e de medir aquilo que nós estamos a fazer e de comparar aquilo que nós estamos a fazer nos Açores, com a realidade nacional.

Foi preciso coragem para tomar essa posição.

Portanto, Sra. Deputada, daqui quero prestar-lhe o meu tributo.

Pagou um preço elevado por essa coragem, mas eu acredito sempre que aqueles que têm a coragem política de assumir os problemas de frente, serão sempre recompensados um dia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e serão recompensados pela história.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pela história do Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Devo dizer que é uma atitude absolutamente diferente daquela que nos é apresentada aqui neste debate pelo atual Secretário da Educação. Em vez da coragem de assumir compromissos e de assumir responsabilidades, o Sr. Secretário Regional vem aqui dizer que este não era um debate; em vez de assumir metas e objetivos, o Sr. Secretário Regional veio aqui dizer que ao fim de 18 anos é necessário realizar um estudo para verificar quais são as condições do insucesso escolar nos Açores e quais são as medidas que têm que ser implementadas.

O Sr. Secretário Regional veio aqui sem coragem política, o Sr. Secretário Regional veio aqui sem projeto político, o Sr. Secretário Regional veio aqui sem objetivos, sem metas, sem plano, sem estratégia.

Portanto, Sr. Secretário é evidente que alguém fará, a comunicação social fará com certeza e quem nos ouviu, os açorianos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é um apelo?

O Orador: ... irão analisar o resultado deste debate parlamentar. O que não poderão analisar de certeza absoluta são os seus compromissos, porque em relação a isso o Sr. Secretário não os apresentou.

O que não poderão analisar é o seu programa, a sua questão do ponto de vista da reforma do sistema e dos elementos que têm, em relação a esta matéria, porque em relação a objetivos, a metas, a estratégia não podem analisar porque o Sr. Secretário Regional não a apresentou.

Nesse sentido, eu termino Sra. Presidente, o que lhe quero dizer é que o que fica deste debate é a preocupação dos partidos da oposição em apresentarem aquelas que são as nossas preocupações...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não é porta-voz!

O Orador: ... as preocupações da população dos Açores em relação aos resultados escolares, baixos e fracos, que nós estamos a obter nos Açores.

Esta é uma preocupação de toda a sociedade açoriana e não me digam que nós estamos condenados a estes resultados porque somos ilhas e não me digam que nós estamos condenados a estes resultados porque temos uma localização ultraperiférica. Não me digam que cruzaram os braços e que não estão disponíveis para dar batalha e para conseguir que os Açores e os alunos dos Açores consigam atingir os resultados escolares que merecem.

O que os Açores merecem são os melhores resultados; o que os açorianos merecem é sempre constar no âmbito do País e da Europa dos melhores lugares, no âmbito da educação e nas outras áreas da governação e da nossa convivência.

Nós temos, eu acredito, eu acredito, que os alunos dos Açores e que os açorianos têm tantas capacidades como os outros, que temos a capacidade de ficar nos melhores lugares e temos a capacidade de atingir os melhores lugares em qualquer área e na área educativa tenho a certeza absoluta que temos estas capacidades.

Não temos é um Governo Regional capaz de o conseguir. Não o conseguiu ao longo destes 18 anos e vamos por muito mau caminho, porque este secretário não tem estratégia e sobretudo não tem coragem política.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, pede a palavra para?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar que o PS fará chegar à Mesa uma evolução da população residente nos Açores entre a faixa etária dos 0 (zero) aos 14 (catorze) anos que provará que a diminuição foi muito superior àquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado aqui quis achincalhar.

Só como exemplo, entre 2001 era 21,4 e em 2011 passou para 17,9. Uma baixa de 3,5%.

À Mesa chegará um documento que terá desde 91 até 2011.

Peço desculpa de ser neste momento, mas foi no momento que consegui os resultados.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa depois fará distribuir o documento assim que o rececionar.

Sras. e Srs. Deputados, encerrámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as cinco.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Vamos continuar com a Agenda da Reunião.

O ponto três é o **Projeto de Resolução n.º 65/X – “Melhoria das condições de funcionamento do Serviço de Desporto da Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e estão distribuídos da seguinte forma:

O proponente, o PS e o Governo - 25 minutos;

PSD - 20 minutos;

CDS-PP - 13 minutos;

Bloco de Esquerda e o PCP - 10 minutos.

Para apresentação do Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que o PPM aqui apresenta tem uma natureza muito simples, tem a ver com a organização dos serviços de desporto nas diversas ilhas da nossa Região Autónoma.

Como se sabe, o texto legal contempla uma diferenciação entre a Ilha do Corvo e as restantes ilhas. O que se sucede é que neste momento na Ilha do Corvo as funções, no âmbito dos serviços do desporto, são asseguradas pelo professor de educação física que fica anualmente colocado na respetiva Escola Secundária e que exerce estas funções em regime de acumulação.

Exerce estas funções em regime de acumulação sem um orçamento próprio, sem instalações próprias e sem pessoal afeto ao serviço, o que significa que funciona em condições logísticas muito diferentes das outras ilhas da Região.

Eu devo dizer que do ponto de vista da realidade desportiva da Ilha do Corvo temos alguns condicionalismos e algum contexto específico. Desde já, e evidentemente, a pequena dimensão demográfica da ilha e também a inexistência da prática desportiva federada ao longo de todos estes anos, o que

significa que a ilha possui um conjunto de condicionalismos, do ponto de vista do desenvolvimento desportivo, à partida, bastante grande e maior que aquele que conhecem as outras ilhas dos Açores, mesmo as de menor dimensão.

Tendo em conta este contexto, se observarmos (e tive o cuidado de, através de vários requerimentos, solicitar informação sobre a situação desportiva na Ilha do Corvo), verificamos que do ponto de vista da existência de clubes e também de atletas federados, ao longo destes 40 anos, e até há poucos meses, não tínhamos conseguido inscrever a Ilha do Corvo no mapa do desporto federado nos Açores.

Até do ponto de vista da simples prática desportiva também existiu uma série de condicionalismos na Ilha do Corvo que muitas das nossas freguesias, para não dizer todas as freguesias dos Açores, já não conhecem, que era, em todas as nossas freguesias existem polidesportivos que permitem a prática desportiva regular por parte dos jovens açorianos que residem nessas freguesias.

Acontece que as nossas instalações desportivas estavam em muito mau estado e, além disso, durante uma parte significativa do ano, a parte até em que existe maior disponibilidade por parte dos jovens, durante o período do verão, estava indisponível para a prática desportiva.

Portanto, este é um conjunto de condicionalismos, de condições de evolução do desporto no Corvo que não foi o melhor. Foi uma batalha perdida na Ilha do Corvo.

Eu considero, o PPM considera e muitos de vocês consideram (muitos dos partidos aqui representados, dos Srs. Deputados e do Governo com certeza) que a prática desportiva é também uma dimensão importante do desenvolvimento das ilhas dos Açores.

É uma função, de acordo com a lei, que também compete ao Governo Regional. O Governo Regional também tem responsabilidade nessa matéria e é uma responsabilidade que significa uma despesa anual significativa.

Por exemplo, a despesa do Serviço de Desporto na Ilha das Flores, em 2013, foi de 51 mil euros; no Faial de 250 mil euros; no Pico de 118 mil euros; em São Jorge de 50 mil; na Graciosa de 61 mil; na Terceira de 878 mil e na Ilha de São Miguel de 1 milhão e 300 mil.

São despesas significativas, mas que se compreendem também tendo em conta a dimensão de cada uma das ilhas do ponto de vista da prática desportiva.

O que pretendemos não é reproduzir uns serviços que funcionem com este nível de despesa. É evidente, da nossa parte, que não é comparável o apoio desportivo que se tem que dar por parte dos diversos serviços de desporto, nomeadamente e por exemplo dos Serviços de Desporto da Ilha de São Miguel, do Faial, do Pico ou até da Ilha de São Jorge (portanto, das diversas ilhas), ou Santa Maria que também tem uma prática desportiva bastante intensa.

Portanto, há um conjunto de variáveis, há um conjunto de clubes, há um conjunto de atletas federados que têm que ter um apoio significativo. Estes serviços estão vocacionados para esse apoio e também estão vocacionados para lhes fornecer as condições logísticas para o seu funcionamento.

O que pretendemos é que se faça um esforço adequado na Ilha do Corvo, que o serviço de desporto também funcione e que a Região assuma responsabilidades diretas no âmbito do apoio ao desenvolvimento desportivo da ilha.

Com se sabe, foi criado agora um clube desportivo. Temos neste momento 60 atletas federados, 59 em atividade, uma vez que eu atualmente não estou em condições de desenvolver essa prática desportiva. Mas de qualquer das formas não é significativo.

A verdade é que neste momento temos desporto federado. É necessário algum apoio.

A verdade é que também as nossas instalações desportivas não são as adequadas para que todo esse entusiasmo em redor do desporto na Ilha do Corvo tenha correspondência.

Acontece que, mesmo nas últimas obras que foram realizadas no polidesportivo, existe um vazio, do ponto de vista logístico, em relação à manutenção destas instalações.

A Câmara não realizava a manutenção, nem a limpeza, nem a reparação, nem a verificação das condições de segurança e, por sua vez também, os serviços de desporto da ilha não têm essas condições, nem do ponto de vista orçamental, nem do ponto de vista logístico, para colocar a funcionar aquelas infraestruturas.

A verdade é que eu tive a oportunidade, no âmbito da Comissão onde apresentei este Projeto de Resolução, de apresentar um conjunto de fotografias que mostravam o mau estado das instalações, exatamente porque existia um vazio. Ninguém tinha nenhuma responsabilidade e, pura e simplesmente, as instalações que já são más, porque têm um problema em relação ao piso e em relação à cobertura, não eram cuidadas por ninguém.

A minha intervenção foi essa.

Para terminar, deixem-me referir o seguinte:

Também no âmbito do acordo a que cheguei com o Governo o ano passado, no âmbito do Plano e do Orçamento, foi aprovada por esta câmara uma proposta do PPM no sentido da reabilitação do polidesportivo. Uma proposta em que na altura se contemplou cerca de 75 mil euros, se não estou em erro.

Essa era uma intervenção que se deveria ter concretizado ao longo do ano de 2014. A verdade é que o Governo também não cumpriu esse compromisso com o PPM.

Eu tive conhecimento agora que nos últimos dias foi assinado um contrato entre o Governo e Câmara Municipal do Corvo em que o Governo se compromete a realizar um esforço de comparticipação de cerca de 100 mil euros com vista à execução da empreitada de requalificação do polidesportivo da Ilha do Corvo, no sentido de designadamente aplicar um piso adequado à prática desportiva e ao fecho do recinto.

Eu devo dizer que este foi um compromisso não cumprido por parte do Governo.

Portanto, há aqui um conjunto de condicionalismos que eu considero que a intervenção e a apresentação deste Projeto de Resolução já acabou por catalisar, ou seja, teve um importante efeito no sentido da resolução do problema.

Temos agora algumas condições. Eu quero acreditar que desta vez é que é e que desta vez o Governo vai cumprir o seu compromisso. Portanto, quero acreditar que ao longo do ano de 2015 vamos ter o piso do polidesportivo recuperado, reabilitado e vamos conseguir fechar também o polidesportivo e as instalações. Depois, evidentemente, vamos continuar a ter dois problemas. Os dois problemas são a manutenção desta infraestrutura e o esforço direto que o Governo tem que fazer, porque eu não aceito que o Governo Regional faça este esforço nas outras ilhas de uma forma direta através dos serviços de desporto, e depois não o faça na Ilha do Corvo e incumba dessa responsabilidade a Câmara Municipal.

Eu acho que o Governo deve ter essa responsabilidade em todas as ilhas.

Portanto, o que cabe ao poder municipal, ao poder municipal; o que cabe ao Governo, o Governo deve manter também essa presença e essas responsabilidades em todas as ilhas dos Açores.

Vamos ter esse problema da manutenção. Vamos ter também o problema do apoio logístico ao clube, na medida em que é evidente que existe um conjunto de constrangimentos, do ponto de vista demográfico, que eu já falei, da localização ultraperiférica e também da ausência de tecido empresarial, que possa suportar o esforço que é necessário realizar no âmbito de um clube federado, com algumas ambições.

Nesse sentido, também aqui era importante que os serviços do desporto pudessem auxiliar devidamente, como fazem nas outras ilhas, aquelas que são as atividades que o clube desportivo pretende realizar também na Ilha do Corvo. Em suma, eu considero que o regime que tivemos até agora não funcionou: instalações degradadas, instalações que não funcionavam, o não fomento da prática desportiva e o não surgimento do desporto federado.

É necessário implementar outro modelo e o modelo que eu aqui proponho é que as funções que são atribuídas aos outros serviços do desporto de ilha, também sejam executadas, à escala da Ilha do Corvo, na Ilha do Corvo pelos Serviços de Desporto da Ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção de bancada, quando poderia fazê-la de tribuna.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Faço-o, porque a minha missão nesta Casa é defender os interesses dos corvinos e dos açorianos,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... independentemente do local onde o faço, quer seja na tribuna, na bancada, nas comissões ou até mesmo no contacto direto com as populações.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se há órgãos de comunicação social que não o entendem desta maneira e se baseiam em estatísticas sem fundamento, tenho a certeza que os eleitores saberão ajuizar o trabalho desenvolvido nesta Casa pelos seus representantes.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E agora, sobre o assunto que estamos a debater, tenho a dizer o seguinte:

Se há algo que tanto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista como o Governo Regional estão em perfeita sintonia é na luta pela coesão, igualdade e equidade de todas as ilhas da Região, sem exceção.

Prova disso está nos diversos investimentos deste Governo nos últimos anos na Ilha do Corvo que saltam à vista de todos.

Mas a verdade é que as realidades, as exigências e os problemas de cada uma diferem e variam por vezes, quer pela sua localização geográfica, quer pela sua densidade demográfica, quer até por outros fatores, como por exemplo os climatéricos.

O conteúdo da recomendação deste Projeto de Resolução que estamos a debater, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM (e passo a citar: «A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que altere a orgânica e o quadro de pessoal dirigente, direção específica e de chefia da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, no sentido de atribuir ao Serviço de Desporto da Ilha do Corvo as mesmas condições de constituição e funcionamento que vigoram para as Ilhas das Flores, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria», fim de citação), tem que ser analisado de uma maneira cuidada, tendo em consideração principalmente todos os fatores mencionados anteriormente, a densidade demográfica da Ilha do Corvo.

A verdade é que o Corvo é diferente das Flores, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e de Santa Maria, não só na sua pequenez, mas também na sua densidade demográfica.

O Corvo tem 10% da população da segunda ilha menos populosa dos Açores, que é as Flores.

Este fator tem que ser realçado e ponderado quando se recomenda que seja criado um ou mais quadros técnicos superiores no que diz respeito ao desporto na Ilha do Corvo.

Existe neste momento um coordenador do desporto, que por norma é o professor de educação física da Escola Mouzinho da Silveira que presta, e sempre prestou, os serviços mínimos nesta área, em que o Governo é responsável.

Mas a verdade é que até há alguns meses atrás não existia um grande dinamismo no desporto na Ilha do Corvo.

Felizmente neste momento existe um técnico superior contratado pela Câmara Municipal do Corvo ao abrigo dos programas do Governo, o Estagiário L, que tem sido responsável pela dinamização e gestão da parte desportiva desta autarquia.

Diga-se com justiça e verdade que o projeto “Corvo em Movimento” tem tido um enorme sucesso, dinamizando e incentivando às práticas desportivas e ao combate à sedentarização de dezenas de pessoas nesta ilha, desde crianças a jovens, até mesmo a adultos.

Tenho aqui alguns desses exemplos. Realço apenas alguns:

- torneio de futebol de 5, decorrido de 2 de fevereiro a 6 abril;
- mini maratona noturna, decorrida a 17 de maio;
- caminhada Dia da Mulher, decorrida a 8 de março;
- torneio de voleibol, decorrido de 20 de abril a 6 de julho, etc., etc., etc..

Destes torneios de várias modalidades, concursos de pescas, *rally paper*, caminhadas, entre outras atividades, este projeto, que até tem um calendário de atividades regulares semanais, preenche em muito os tempos livres de muitos corvinos.

A autarquia renovou este mesmo contrato com este técnico, pretendendo assim manter ativo e aceso este projeto.

Naquilo que é a parte resolutiva desse Projeto de Resolução, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acha que a massa desportiva da Ilha do Corvo não justifica a criação de um quadro técnico superior, e deste modo de um responsável pelo desporto na ilha, uma vez que a autarquia já possui um qualificado que tem mostrado uma competência e organização exímia nesta área.

O Sr. Deputado já perguntou por que é que a autarquia é chamada à participar nesta área, uma vez que nas outras ilhas isso não acontece. É, da mesma forma que o faz em relação a outros serviços, como por exemplo a padaria do Corvo, ou a Lacticorvo.

Para além desse exemplo posso dar outros, como por exemplo, no Corvo sempre existiu cooperação da autarquia com os serviços geridos pelo Governo Regional, como as Obras Públicas ou a Portos dos Açores, e isso sempre aconteceu, mesmo quando as cores políticas eram diferentes.

Por que não no desporto?

É a nossa pequenez, a nossa singularidade. Sempre foi assim e enquanto formos 400 sempre será assim.

Não é justificável, nem sustentável, principalmente numa altura crítica como esta, em que infelizmente o dinheiro não abunda, haver duplicação de cargos e de funções que em nada vêm acrescentar ao bem-estar e à qualidade de vida das populações.

Neste mesmo projeto o proponente refere também – e passo a citar – que “falta uma maior aposta institucional para potenciar o desenvolvimento da prática desportiva e a sua inclusão no espaço do associativismo desportivo regional”, fim de citação.

Certamente não seria a criação de quadros dirigentes na área do desporto da Ilha do Corvo que potenciariam esta inclusão e a prova disso está numa notícia que saiu num dos jornais regionais o mês passado, que diz o seguinte:

«A mais pequena ilha dos Açores, o Corvo, tem pela primeira vez cerca de 50 atletas federados...»...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São 60!

O Orador: O Sr. Deputado diz que são 60, mas a notícia dizia que era 50.

«... que vão participar em competições regionais nas modalidades de futsal e voleibol, revelou a Presidente do Clube Desportivo Escolar».

É claro que este é um processo gradual e muitos destes atletas inscritos possivelmente nunca chegarão a competir fora da ilha, mas este já é um grande passo.

Para concluir este meu raciocínio falta dizer que o técnico da Câmara Municipal tem uma estreita ligação e cooperação com o Clube Desportivo Escolar.

O mesmo facultou-me o calendário das atividades realizadas no projeto “Corvo em Movimento” e no fim deste documento o mesmo tem a seguinte nota:

«O projeto “Corvo em Movimento” é essencial para o bom funcionamento do Clube Desportivo Escolar do Corvo, uma vez que a existência de um técnico qualificado permite ter atividades e treinos regulares para crianças e jovens, assim como, para a ocupação dos adultos.

A experiência e certificação do técnico garantem a formação e desenvolvimento desportivo em várias modalidades, permitindo ao clube e à Ilha do Corvo a inscrição, pela primeira vez, de atletas federados nas modalidades de voleibol e futsal numa primeira fase.

A qualificação do técnico é ainda crucial para garantir as verbas necessárias para o apoio das atividades na celebração dos contratos programas com a Direção Regional do Desporto, dos quais o clube está dependente para a sua funcionalidade.

Assim a Câmara Municipal do Corvo, através do seu técnico responsável, coordena e executa todas as atividades desportivas na ilha, garantindo a realização e dinamização das mesmas, assim como apoia o Clube Desportivo Escolar do Corvo.

Nestes primeiros passos, no que a nível federado diz respeito, o técnico tem sido o principal responsável por tratar de toda a situação administrativa do clube.

Assim sendo, podemos afirmar que é extremamente importante esta simbiose entre o projeto “Corvo em Movimento”, apoiado pela Câmara Municipal e o Clube Desportivo local.

No que diz respeito ao Polidesportivo do Corvo e ao seu estado de degradação, como diz o proponente, e o Sr. Deputado já o mencionou, já foi celebrado um protocolo com a Câmara Municipal do Corvo para a utilização, gestão e melhoramento do polidesportivo, assim como assinado um contrato ARAL no valor de 100 mil euros com esta autarquia, para aplicação de piso adequado à prática desportiva e fechar o recinto do polidesportivo.

Esta empreitada terá um custo de 170 mil euros e a autarquia pretende ter o projeto concluído até ao início de janeiro, dando logo seguimento de imediato às obras.»

Esqueci-me de mencionar que os restantes 70 mil euros serão garantidos pela própria autarquia.

Assim, e por todos os motivos já antes anunciados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra este Projeto de Resolução.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Atravessamos uma época em que somos cada vez mais aliciados com equipamentos eletrónicos e novas tecnologias que fomentam o sedentarismo.

Assim, interessa promover a atividade física como forma de alcançar bem-estar físico e mental e prevenir problemas de saúde.

O desporto é também uma forma de convívio e de ocupação dos tempos livres de forma saudável, não só para crianças e jovens mas também para adultos.

Quanto às crianças e jovens, o desporto deveria ser encarado muito seriamente, não só como ocupação de tempos livres e pelos efeitos positivos na saúde mas também, com uma ênfase acentuada, como forma de prevenir a delinquência, a marginalidade e a toxicodependência.

Ocupar assim os jovens deveria ser o cerne de políticas integradas e integradoras de saúde, educação e juventude.

É importante tornar os discursos consequentes, chegar a mais pessoas e sobretudo prevenir, porque prevenir é infinitamente mais barato do que tratar.

Mas para que seja possível materializar estes conceitos, ou seja, passar da retórica à prática é necessário criar as condições mínimas para que todos os açorianos, sem privilégios nem exceções, disponham de condições e oportunidades equivalentes.

A proposta que o PPM nos apresenta vai ao encontro desta visão da política.

Nós, os decisores políticos, eleitos pelos açorianos e representantes dos seus interesses e anseios temos o dever de criar as ferramentas legais que permitam materializar aqueles anseios e aqueles interesses.

O Corvo também acompanha as tendências contemporâneas e é desejável que assim aconteça. Verifica-se, pois, o incremento do número de atletas e da prática de atividade física.

Importa, assim, consolidar hábitos e apresentar planeamento e organização para que a população possa contar com previsibilidade nas atividades e projetos que decorrem no seu meio.

É com naturalidade que vemos aqui o apelo feito neste Projeto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. A pequena dimensão geográfica do Corvo, não deve ser usada como desculpa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para se diminuir as funções de qualquer tipo de serviço dependente da tutela do Governo Regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e não, como o Sr. Deputado Iasalde referiu, que entende que a densidade populacional é critério para implementar o que quer que seja no Corvo. Se assim fosse, diga-me então quantos médicos é que teria o Corvo direito, ou quanto técnicos de radiologia, dada a população que tem na Ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é demagogia, Sra. Deputada!

A Oradora: O Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista é que assim o fez.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores são 9 ilhas e o Corvo faz parte integrante deste Arquipélago.

Reconhecendo o esforço que se tem feito para que o desporto chegue a todas as ilhas dos Açores, pela construção de infraestruturas que possibilitem a prática de desporto é necessário que, também, o Corvo tenha um Serviço de Desporto com a mesma dignidade que as outras ilhas.

A existência de um coordenador de desporto da Ilha do Corvo poderia permitir a elaboração de projetos e a programação a médio prazo de atividades,...

Deputado Manuel Pereira (PS): O CDS não conhece o Corvo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conhece!

Deputado Manuel Pereira (PS): Só de passagem!

A Oradora: ... bem como salvaguardar o bom estado das instalações desportivas existentes, algo que não acontece neste momento uma vez que esses planos são feitos de acordo com o calendário escolar e sem qualquer garantia de continuidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Para o CDS a Ilha do Corvo não é uma delegação de qualquer outra ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para o CDS os Açores são 9 ilhas!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale da densidade populacional, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Iasalde, eu lamento que tenha essa posição e sobretudo os seus argumentos. Os seus argumentos prejudicam gravemente a Ilha do Corvo. Veja bem:

Os argumentos da demografia foram os argumentos com que me vi aqui confrontado quando quis que os alunos dos Açores também tivessem acesso a frequentar o ensino secundário na Ilha do Corvo em igualdade com as outras ilhas.

Os argumentos demográficos foram também os argumentos com que me vi confrontado quando considerei que se deveria proteger também o património cultural da Ilha do Corvo e ter um museu como todas as outras ilhas têm e uma política de proteção do seu património como todas as outras ilhas têm.

O facto de termos pouca população não quer dizer que não se tenha direito a defender um conjunto de políticas de igualdade nos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Têm que ser justas!

O Orador: Não fui eu que escrevi isto. Não pertence ao meu património.

Foram os autonomistas que quiseram, inclusivamente com a representação parlamentar de dois deputados com apenas 450 habitantes, que o Corvo também

aqui estivesse representado: as reivindicações, as aspirações e o nosso contributo.

Aquilo que é a autonomia dos Açores é uma autonomia em que se chega e que se tenta criar condições de igualdade em todas as ilhas. É feito esse esforço.

Eu sei que muitas vezes há questões, do ponto de vista logístico, que impedem a concretização real, mas temos que tentar. Temos essa obrigação, é essa a nossa forma de governo e é esse o nosso espírito autonómico, combater.

Como nos diziam em Lisboa: o quê? 247 mil habitantes e também querem ter direito àquilo?

O nosso discurso, o discurso da Região Autónoma dos Açores é idêntico ao que fazem os dirigentes da Ilha do Corvo em relação ao resto dos Açores; é o discurso que os Açores fazem em relação ao resto do país; é o discurso que Portugal faz em relação à Alemanha, na União Europeia.

Portanto, este é o nosso conceito e é fundamental.

O Sr. Deputado segue um raciocínio muito perigoso, que não é partilhado (e estou absolutamente convencido disso!) pela maior parte da população da Ilha do Corvo.

A prática desportiva não deve ser minorizada. A prática desportiva é fundamental nas sociedades atuais.

A prática desportiva é absolutamente fundamental e ao longo destes anos todos a verdade é que este modelo não funcionou.

O dirigente do desporto que está em regime de acumulação com as funções que exerce na escola, recebe cerca de 70 euros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Densidade populacional!

O Orador: ... por mês.

A visão que o senhor aqui defende é uma visão perigosa para o Corvo, mas também é uma visão perigosa para os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esse argumento demográfico é o argumento que se pode utilizar em relação à Ilha Graciosa, em relação a Santa Maria, ao Pico, ao Faial e às ilhas mais pequenas da nossa Região, criando desigualdades, criando critérios demográficos que prejudicam o acesso de determinados serviços ao conjunto das outras populações, só porque têm menos população.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esse critério, Sr. Deputado, não é aceitável nem para a Ilha do Corvo nem para nenhuma outra comunidade insular da nossa Região.

É lamentável que o Sr. Deputado tenha vindo aqui colocar em causa...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor já está em campanha eleitoral!

O Orador: ... aquele que é o trabalho de muitas décadas dos deputados da Ilha do Corvo, defendendo sempre que a sua ilha também tem direito ao desenvolvimento escolar, ao desenvolvimento da parte desportiva, da parte agrícola, ambiental, cultural e que o Corvo tem direito a que todos estes aspetos sejam devidamente protegidos e implementados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, o seu critério é um critério que abre uma porta muito perigosa, porque esse é o critério que pode ser utilizado cada vez que aqui se quiser criar serviços que funcionem na Ilha do Corvo.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Desde que sejam necessários!

O Orador: Podem dizer-nos: para quê? Os senhores têm apenas 400 habitantes!

Para quê ensino secundário? Nem pensar nisso! Os senhores são têm 40 alunos. É um critério perigosíssimo, Sr. Deputado.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Um serviço de desporto não é necessário!

O Orador: Eu lamento que o Sr. Deputado se tivesse prestado a este serviço nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Quem defende o critério da densidade populacional é o seu colega de coligação! Pergunte ao Sr. Deputado Luís Maurício! Ele é que defende a densidade populacional em relação à Ilha de São Miguel!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem agora a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos que a realidade desportiva da Ilha do Corvo se alterou ao longo dos anos.

Reconhecemos também a necessidade de que, perante essas alterações, se avaliem melhores e mais adequadas respostas em termos organizativos e administrativos para os Serviços de Desporto da Ilha do Corvo.

Importa questionar se, de facto, a melhor e mais adequada resposta a essa nova realidade desportiva do Corvo é a aplicação pura e simples da atual organização administrativa e nomear um coordenador de serviços do desporto, ou será a de procurar uma solução diversa, adaptada a essa nova realidade desportiva, mas também adaptada à realidade muito própria, específica e única que é a Ilha do Corvo.

Esta iniciativa do PPM tem o mérito de levantar esta questão e de percebermos que, de facto, é importante analisar caso a caso, e que cada ilha, apesar de ser uma ilha, é também uma realidade diferente.

Porque nos inclinamos para a segunda hipótese, porque temos fundadas dúvidas sobre a razoabilidade da proposta, mas também porque reconhecemos que a realidade desportiva do Corvo se alterou ao longo dos últimos anos com o surgimento de mais atletas federados, equipas desportivas, o PSD irá abster-se nesta proposta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Abster-se?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PSD é sempre assim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Projeto de Resolução que nos traz aqui o PPM, através do Deputado Paulo Estêvão, tenho algumas dúvidas. Desde logo, o seguinte:

Nós para, julgo eu, conseguirmos encontrar equilíbrios que levem ao desenvolvimento harmonioso e neste caso aqui estamos a falar de desporto, não temos que replicar modelos iguais em todas as nossas ilhas. Aliás, esse é um erro que tem sido cometido ao longo dos anos.

Deputado André Bradford (PS): Essa parte não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está certo o que ele está a dizer até agora!

O Orador: Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se a inexistência, até agora, de um coordenador – que ele no fundo acaba por existir –, que V.^a Ex.^a está a propor, para o desporto na Ilha do Corvo, se isso foi impeditivo, alguma vez, de que se formassem clubes desportivos, quer ao nível do desporto escolar, quer ao nível do desporto federado, considerado estritamente federado?

Eu julgo que não, até porque nos últimos meses tem sido notícia o facto de o Corvo ter equipas a participar no desporto federado, sendo um Clube Desportivo Escolar. Aliás, o modelo que se encontrou para o desporto escolar na Região, que já vem de há muitos anos, é um modelo, no meu entender, muito, muito válido, porque interage com o desporto federado. Não ficaram completamente separados. Há uma componente do desporto escolar, mas os Clubes Desportivos Escolares obrigatoriamente têm de participar no desporto federado.

Portanto, as dinâmicas desportivas de cada uma das nossas ilhas têm muito a ver com a própria dinâmica da população, seja a comunidade educativa, seja a população em geral.

Portanto, em relação ao Corvo, aquilo que se passa é que em determinada altura a própria escola acabou por criar um Clube Desportivo Escolar, enquadrado numa associação desportiva.

Relativamente às estruturas dos serviços de desporto na nossa Região, nalguns casos, quanto muito, aquilo que se pode dizer é que eles estão sobredimensionados. Não havia necessidade de tantos quadros afetos aos serviços de desporto, uma vez que quem faz esse trabalho são os clubes e as associações desportivas.

Os serviços de desporto, Sr. Secretário, limitam-se em muitos casos e apenas a gerir o parque desportivo. Era bom que se refletisse também sobre isso, porque a dinâmica surge naturalmente dos clubes e das associações desportivas.

Sr. Deputado, há aqui uma questão que eu concordo com V.^a Ex.^a, principalmente agora na sua segunda intervenção. Tem a ver com o argumento utilizado pelo Partido Socialista para não aprovar esta iniciativa, ou seja, a questão da densidade e dimensão populacional.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sr. Deputado, isso é uma árvore na floresta!

O Orador: Parece-me que isso é um erro grave.

Essa questão coloca-se não só ao Corvo, mas em relação à Região no seu todo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não se trata aqui de um problema da densidade populacional, da dimensão da população. Trata-se efetivamente de garantir que

todos os cidadãos na Região tenham acesso à prática desportiva, mas para isso não é necessário, no meu entender, no entender da Representação Parlamentar do PCP, a criação de uma figura que no fundo já existe, e é diferente em relação às outras ilhas.

A organização e a coordenação do desporto na Ilha do Corvo é diferente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diferente como?

O Orador: Sr. Deputado, no seu Projeto de Resolução reconhece que há um coordenador do desporto, ou melhor, que a coordenação do desporto está entregue ao professor de educação física da escola.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que ganha 70 euros por mês!

O Orador: Sr. Deputado, mas o problema é quanto é que ganha o coordenador do serviço de desporto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a disponibilidade!

O Orador: ... ou é o papel que o coordenador do desporto tem?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Aí é que está a questão!

O Orador: É isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os meios que ele tem para desempenhar as suas funções!

O Orador: Eu não percebi isso, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não percebeu?! É fácil de perceber!

O Orador: Afinal de contas o Sr. Deputado quer é que aumentem o ordenado ao coordenador de desporto da Ilha do Corvo?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É isso, é!

O Orador: Parece-me que é isso que V.^a Ex.^a pretende.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É contra?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Quero é que lhe deem disponibilidade!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Eu não sou contra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

Sr. Deputado Aníbal Pires continue a sua intervenção.

O Orador: Sr. Deputado, a questão é a seguinte:

No Corvo há um Clube Desportivo Escolar que pratica desporto federado e existe um coordenador.

Portanto, este Projeto de Resolução não faz nenhum sentido, porque existe. Pratica-se desporto no Corvo, existe um coordenador.

O trabalho está articulado entre diferentes níveis de poder.

V.^a Ex.^a aquilo que está aqui a propor é uma coisa que efetivamente já existe. Não é por aí, não é por essa via, aliás não seria por esta via, que os corvinos praticam mais ou menos desporto.

Os corvinos hão de praticar o desporto que muito bem entenderem. Não é por ter um coordenador ou um serviço de desporto no Corvo que os corvinos vão praticar mais ou menos desporto.

Portanto, Sr. Deputado, a questão é a seguinte:

Se tem razão relativamente à questão da argumentação que o Partido Socialista utilizou para não lhe aprovar este Projeto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vou mandar a sua intervenção aos sindicatos!

O Orador: Sr. Deputado, eu tenho 20 anos de dirigente desportivo. Sei do que é que estou a falar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E mais nada!

O Orador: Sei do que é que estou a falar! Coisa que V.^a Ex.^a nem imagina o que é.

V.^a Ex.^a não sabe como é que está organizado o desporto na Região. Não sabe, pura e simplesmente.

Eu fui dirigente desportivo durante 20 anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vinte anos e não aprendeu nada!

O Orador: Isso é o que lhe parece.

Há uma coisa que V.^a Exa.^a tem que perceber:

Os corvinos não precisam de um coordenador do desporto para terem desporto. Precisam de ter vontade de o fazer e condições físicas para o fazer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade eu penso que não preciso de ter 20 anos ao serviço do desporto da Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para poder tecer algum comentário sobre este Projeto de Resolução...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... do PPM.

Na realidade não tenho e talvez por isso estou mais confusa a meio do debate do que estava no início dele, porque entre o que existe e não existe, e afinal é de uma maneira e é de outra, ou um coordenador que não é preciso no Corvo mas é preciso em muitas outras ilhas, têm que admitir que para alguém que não tem uma longa experiência ao serviço do desporto na Região a confusão seja imensa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode crer que é!

A Oradora: Estou a admiti-lo, Sr. Deputado.

O que gostaria de salientar é o seguinte:

Temos em mão um Projeto de Resolução sobre a epígrafe “melhoria das condições de funcionamento do serviço de desporto da Ilha do Corvo” que na sua resolução pede ao Governo Regional que “atribua ao Serviço de Desporto da Ilha do Corvo as mesmas condições de constituição e funcionamento que vigoram para as Ilhas das Flores, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e de Santa Maria”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Este é que é o corpo da Resolução. Porquê? Porque como bem disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua primeira intervenção, já está assegurada a reparação do piso e a cobertura total do polidesportivo, a fazer fé

nas boas intenções do Governo Regional e que desta vez é que é, porque parece que o ano passado não o foi.

Assegurada esta situação urge “dotar o Serviço de Desporto da Ilha do Corvo da mesma capacidade logística e independência orçamental de que já usufruem as ilhas de São Jorge, Flores, Graciosa, Santa Maria e Pico”.

Face a este Projeto de Resolução, a este pedido, a este conselho que é dado ao Governo Regional e ao partido maioritário, a pergunta é a seguinte:

Está ou não está o Partido Socialista – o Governo não sabemos, porque ainda não se pronunciou, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas vai falar!

A Oradora: ... vou esperar pelo seu pronunciamento – na disposição de dotar a Ilha do Corvo daquilo que esta resolução pede?

A resposta do Sr. Deputado do Partido Socialista é:

- Não, não estamos!

- Porquê?

- Porque não se justifica

- E por que é que não se justifica?

- Porque o Corvo tem apenas 400 habitantes, uma localização ultraperiférica e uma insuficiência de recursos próprios.

Curiosamente é o que a República diz...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... sobre a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Na realidade, Einstein tinha razão quando dizia que tudo é relativo.

É exatamente o que a República diz.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não é por causa do Corvo ter 400 habitantes que este Projeto de Resolução não deve ser aprovado. É apesar do Corvo ter 400 habitantes.

Há uma coisa que se chama coesão territorial, democracia, igualdade de oportunidades, qualidade de vida.

Como diria o Sr. Vice-Presidente se estivesse ali sentado naquela cadeira, nem que fosse apenas um corvino (um corvino!) a necessitar deste tipo de apoio, o Governo Regional deveria ter a obrigação de atribuí-lo.

Por tudo isto e o mais que ainda poderei vir a dizer, o Bloco de Esquerda vai obviamente votar a favor deste Projeto de Resolução.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sei por que diz que os meus argumentos foram tão gravosos. Não utilizei esses argumentos para minimizar o desporto na Ilha do Corvo.

A verdade é que o desporto na Ilha do Corvo nunca esteve tão bem e recomenda-se.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Paulo Estêvão é um atleta federado!

O Orador: Não é o facto da criação de mais um técnico superior nesta área que melhorará este serviço na ilha. A questão não é a dimensão populacional. É apenas não criar só por criar, até porque já existe.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação à coesão que o Sr. Deputado falou basta vermos o Plano para 2015 que aumenta para o dobro o investimento em relação a 2014: dez milhões de euros, metade do valor da Ilha das Flores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Ele está lesionado!

O Orador: Acho que a prova está à vista.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Termino com um ponto fundamental:

O desporto na Ilha do Corvo não depende de um ou mais coordenadores, depende sempre do movimento associativo local e dos corvinos em particular.

O Partido Socialista estará sempre disponível para apoiar estas iniciativas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não está! O problema é que não está!

Deputado Manuel Pereira (PS): Está, está!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente,...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS, do PPM e a Sra. Deputada do BE)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima possa fazer a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho que o Sr. Deputado Iasalde Nunes, sem querer, centrou aqui o debate numa questão fundamental para a autonomia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Perfeitamente de acordo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Fundamental para a autonomia! Fundamental para a coesão territorial!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Fundamental para a coesão, que aliás, segundo os números do Instituto Nacional de Estatística dos Açores estão em último lugar a nível da coesão.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, não diga que não é verdade que eu vou buscar-lhe a folhinha, que já apresentei aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Os critérios não são os mesmos!

O Orador: Os critérios são os mesmos, o senhor é que não sabe o que é que está a dizer, como já não sabia no passado e continua sem saber o que é que está a dizer.

Para os senhores, quando é para o INE certificar as contas da Região, é uma entidade idónea.

Quando o INE diz que nós estamos em último, em termos de coesão, não é uma entidade idónea.

Portanto, é a vossa dualidade maniqueísta que nos leva ao estado em que estamos.

Deputado André Bradford (PS): Esse estudo está completamente descontextualizado!

O Orador: Sr. Deputado Iasalde Nunes e Sr. Deputado Aníbal Pires:

Eu não sou especialista em desporto, muito menos praticante sequer. Portanto, não me quero arrogar das credenciais que V.^a Ex.^a tem e reconheço-as.

Agora, não temos um delegado para 60 atletas ou 70 atletas, mas temos um delegado para a agricultura, temos um delegado para o ambiente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é necessário?

O Orador: ... temos um conselho de administração de um centro de saúde igual ao da Ilha Terceira.

Temos várias estruturas iguais.

Sr. Deputado, se o critério é esse, se é a densidade populacional – Sr. Deputado Aníbal Pires e Srs. Deputados do Partido Socialista – ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não!

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor não conhece!

O Orador: Temos as obras públicas.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, nem que seja um...

Pelos vistos agora vão recrutar um delegado para o ambiente, um diretor para o ambiente.

Tem um Diretor do Parque Natural do Corvo.

Deputada Zuraida Soares (BE): E bem!

O Orador: E bem! Então se bem, por que é que este há de ser diferente dos outros?!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Iasalde diz uma coisa e o senhor diz o contrário!

O Orador: É apenas porque os senhores não o nomearam. Isso é que tem que ser dito.

Não é a questão de critério. É apenas porque os senhores não querem.

Agora, se é para aplicar o critério da densidade populacional, meus senhores, estão a ir por um caminho muito perigoso, por um beco sem saída, que leva àqueles que decidem do Terreiro do Paço o que é que nós devemos fazer aqui. É a mesma coisa que se decida, das Flores ou de Santa Maria, o que se deve fazer no Corvo.

Estão a dar razão a quem é contra a autonomia, estão a dar razão a quem é contra a ultraperiferia, estão a dar razão a quem não conhece o nosso Estatuto,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... estão a dar razão aos centralistas. É esse o comportamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É isso mesmo!

O Orador: ... pela voz do Sr. Deputado Iasalde Nunes. Leia, se faz favor, o que leu no seu discurso da densidade populacional, que eu me recuso a aceitar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Leia o que é que disse sobre a densidade populacional, que o Corvo tem apenas 400 pessoas.

Deputado José San-Bento (PS): Nada disso!

O Orador: Se o critério fosse esse, nem nós estaríamos aqui,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Nós, não!

O Orador: ... porque ninguém nos tinha reconhecido essa competência, essa autonomia, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Deputado é que não estava!

O Orador: Eu estou cá, Sr. Deputado André Bradford e eleito.

Deputado André Bradford (PS): Também eu!

O Orador: Fui cabeça de lista. Percebe?

Dei a cara. Fui eleito com os meus votos, com os votos dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): E eu também!

O Orador: Não fui de carrinho, Sr. Deputado André Bradford.

Portanto, é preciso centrar.

Aqui se vê o centralismo que graça naquela bancada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fui eleito à boleia de ninguém!

Deputado André Bradford (PS): Nem eu!

O Orador: Eu também não fui de carrinho. Fui eleito! Não era cabeça de lista, mas também fui eleito.

Gostava de poder fazer a minha intervenção e tentar centrar, ou recentrar o debate.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: E recentrar o debate de acordo com aquilo que é a proposta da Representação Parlamentar do PPM...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e André Bradford)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues faça a sua intervenção.

O Orador: Tentando recentrar o debate relativamente àquilo que é o objeto em discussão, eu gostava de dizer e de tecer algumas considerações...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o bairrista sou eu!

Deputado André Bradford (PS): Não vai ser fácil!

Presidente: Isto não está fácil hoje.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, penso que agora estamos em condições. Pode continuar.

O Orador: Parece que há uns meses atrás, quando eu provoquei o Sr. Deputado Artur Lima ao dizer que desporto não era o seu forte, ele foi realmente estudar, a par do Sr. Deputado Paulo Estêvão que até começou a praticar desporto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já praticava!

O Orador: Toda a gente começou a perceber que o desporto é realmente um bem e uma necessidade para todos nós.

Deputados André Bradford (PS) e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Basta olhar para a sua bancada!

O Orador: Voltemos ao debate.

É importante recentrar (já o disse três vezes)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não recentrou ainda!

O Orador: Não consigo.

Deputado André Bradford (PS): Quando chega à parte de recentrar não deixam!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão começou, na sua intervenção, a tentar explicar o porquê da criação desse técnico.

A verdade tem que ser dita assim.

Aquilo que o objeto desta proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão quer é criar a figura de um coordenador desportivo para o Corvo igual à que existe nas Ilhas das Flores, da Graciosa, de Santa Maria...

Deputado André Bradford (PS): Porque os outros têm!

O Orador: ... porque os outros têm.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

Deputado André Bradford (PS): É só por causa disso. Porque os outros têm, o Corvo também tem que ter!

O Orador: Mas esqueceu-se de dizer que o Corvo já tem um coordenador desportivo. Esta é que é a realidade.

A realidade tem que ser exposta aqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor viu a realidade! Tudo ao abandono!

O Orador: Durante anos, o Corvo, com essa figura de coordenador desportivo, a sua atividade desportiva, era, como todos nós sabemos, diminuta.

A verdade é que o desporto no Corvo nos últimos anos...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Sra. Presidente, eu não consigo mesmo fazer a minha intervenção. Eu peço desculpa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça um esforçozinho!

O Orador: Eu estou a tentar, mas não consigo.

Presidente: Eu penso que o Sr. Deputado Lúcio tem razão. Os apartes são regimentais, mas os diálogos entre bancadas, com a acústica que temos nesta sala, de facto não é possível.

Vamos todos fazer um esforço para conseguirmos concluir este debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desde logo, o Deputado Lúcio Rodrigues!

Presidente: Mas é que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues ainda tem uma voz que consegue sobrepor-se a este burburinho.

O Orador: Não! Mas eu estou a tentar suavizar, Sra. Presidente, para depois não me acusarem de estar zangado.

Presidente: Exatamente.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, vamos tentar então.

O Orador: Eu dizia que a atividade desportiva no Corvo, nos últimos anos, teve realmente... E o Sr. Deputado Iasalde Nunes fez, aqui nesta Casa, e muito bem, uma explanação do que é efetivamente “O Corvo em Movimento”.

A verdade é que isso foi feito antes do Sr. Deputado Paulo Estêvão vir apresentar esta proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade! Está cá há muito tempo!

O Orador: A verdade é que a Câmara Municipal, com o seu técnico superior, e em colaboração e parceria com o Clube Desportivo Escolar, conseguiram fazer do Corvo um exemplo para todas as outras ilhas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que é utilizar a atividade desportiva, a atividade física, quer seja competitiva ou não, para envolver não só as crianças, mas para fazer uma intervenção social.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui é que está a questão.

A verdade é que não podemos... É importante recentrar, porque quer da parte do CDS-PP,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): As Câmaras têm o seu papel e o Governo tem o seu!

O Orador: ... quer da parte do PPM e até da Sra. Deputada Zuraída Soares, do Bloco de Esquerda, tentou colocar-se a questão aqui nos conceitos de autonomia e de demografia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é isso!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Não tem nada a ver!

O Orador: A questão aqui é que o Sr. Deputado Iasalde Nunes utilizou essa palavra para explicar aquilo que nós todos, nesta Casa, explicamos muitas vezes, que é, todas as ilhas têm especificidades próprias.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu até diria diferente. Não foi há muito tempo – e eu sou Deputado do Faial; sou Deputado dos Açores eleito pelo círculo do Faial – que ouvi uma notícia de um conselho de ilha em São Miguel em que um Deputado do PSD dizia que São Miguel tinha que ter mais dinheiro, porque tem mais gente.

Nós não defendemos isso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que o senhor está a dizer é precisamente o contrário!

O Orador: O Partido Socialista não defende isso.

O Partido Socialista defende **uniformidade!**

O Partido Socialista acha que são nove ilhas!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Somos uma Região Autónoma. E é assim que queremos ver as coisas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Há algo no seu discurso que eu considero... Eu já não falo em demagogia nem em populismo. Eu falo em campanha eleitoral para as próximas eleições. O senhor já anunciou que seria candidato, por isso eu posso dizer isso. Isso já é em tom de campanha eleitoral.

Quando nós falamos e comparamos o desporto do Corvo, a estrutura federada do Corvo, com ilhas como as Flores, como o Pico, como Santa Maria ou como a Graciosa, não pode ser consensual nesta Casa.

Aliás, o Corvo deve ter todos os serviços, todos os meios que as outras ilhas têm, desde o momento que seja necessário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é!

O Orador: Não se criam coisas só por criar.

O senhor sabe que não é necessário.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É necessário!

O Orador: Aliás, o senhor sabe que o protocolo feito com o Governo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estava tudo abandonado! As instalações estavam todas destruídas! Não havia condições!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão terá oportunidade de se inscrever.

O Orador: Tendo em conta o protocolo feito com o Governo relativamente às instalações desportivas de gestão da Câmara, a gestão do polidesportivo do Corvo por parte da Câmara Municipal e tendo em conta que a Câmara Municipal também tem um técnico superior e que na orgânica do Governo há um coordenador desportivo no Corvo, eu não percebo o objeto da sua resolução.

Eu diria que o senhor apresenta os seus conceitos, mas foi importante, e eu pedi a palavra para recentrar que efetivamente estamos a falar de desporto, de um objeto de uma resolução que nada tem a ver com aquilo que foi debatido aqui ao longo desta última fase do debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado e obrigada também pela sua paciência.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Corvo, o desenvolvimento do desporto, sobretudo na sua vertente federada, enfrenta duas contrariedades de grande monta. São elas a pequenez e a ultraperifricidade.

Quer isto dizer que a orgânica dos serviços que tutelam as atividades desportivas não constitui um obstáculo.

Em São Miguel, na Terceira e no Faial, os serviços do desporto são supervisionados por diretores de serviços.

Nas restantes ilhas, os serviços de desporto são dirigidos por um coordenador.

A única exceção é efetivamente o Corvo onde a coordenação pertence ao professor de educação física da Escola Mouzinho da Silveira, escola que ainda confere o necessário apoio logístico e administrativo.

Em todas as ilhas e também no Corvo a organização desportiva prima pela descentralização resultante da descontinuidade territorial própria de um qualquer arquipélago.

O desporto corvino regista entretanto progressos substanciais. A título de exemplo, talvez por força da disponibilidade de um espaço próprio para a prática desportiva, assinalamos a participação regular da Escola Mouzinho da Silveira nos convívios desportivos insulares.

Além disso, o novo polidesportivo, antes aberto e agora em processo de vedação, constitui um estímulo da atividade física, inclusivamente do movimento federado.

No entanto, por razões óbvias, avulta sempre mais a atividade física desportiva, avulta muito menos o desporto federado que é o principal lesado dos constrangimentos demográficos e geográficos.

Este Projeto de Resolução sugere a alteração da Orgânica dos Serviços de Desporto do Corvo para serem equiparados aos das Flores, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e de Santa Maria.

Para tanto alegam-se as conveniências de obtenção de maior capacidade logística e de maior independência orçamental.

Todavia, nos últimos anos, o desenvolvimento das atividades desportivas no Corvo parece testemunhar o acerto da orgânica dos seus serviços de desporto que dispensa o acréscimo de burocracia.

Além disso, a ausência de queixas quer sobre o atraso do desporto, quer sobre o caráter da organização demonstra a adequação da atual estrutura organizativa.

Se no passado era de todo injustificável a alteração do organigrama desportivo do Corvo, no futuro próximo nada também justifica a experimentação de uma nova modalidade de mando, fundamentalmente porque uma parte substancial do parque desportivo do Corvo, concretamente o novo polidesportivo, na sequência de um protocolo subscrito no mês passado pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, passou para a tutela do município que exerce uma gestão de muito maior proximidade, logo traduzível em benefícios desportivos quotidianos.

De resto, o exercício da política tem por objetivo a melhoria das condições de vida do povo.

Quanto a este projeto, muito ou pouco, traduz-se em acréscimo de despesa pública, em complexificação administrativa, sem que daí a comunidade retire qualquer aparente conveniência.

Claro que nada é imutável. Quer isto dizer que a orgânica desportiva do Corvo poderá muito bem alterar-se e inclusivamente num abrir e fechar de olhos, isto é, no preciso momento em que demonstre que o desenvolvimento desportivo se acha manietado por culpa do sistema administrativo. Por enquanto, estamos muito longe de um tal cenário.

De resto, independentemente da demografia, a autonomia não se pode resumir a copiar nos Açores a organização administrativa de Portugal. Se assim for, não

passaremos de um Portugal dos pequeninos. E a autonomia nos Açores não é replicar também em cada ilha a mesmíssima organização administrativa de todas as outras, bem pelo contrário, as ilhas mais pequenas não têm que ter ou não têm de ser forçosamente uma réplica também das ilhas maiores.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que estas apreciações são apreciações algumas delas de absoluta má-fé.

Veja-se bem:

Quando o PPM deu entrada a este Projeto de Resolução o campo do polidesportivo estava votado ao completo abandono e todos os membros da Comissão têm essa prova factual porque eu enviei-lhes as fotografias das instalações que estavam absolutamente degradadas.

Quem é que tomava conta? O serviço funcionava tão bem?

Então o responsável não tinha os meios? O responsável não informou os serviços da situação em que estava o campo?

As balizas nem sequer estavam seguras, nem sequer tinham as condições de segurança. Podiam cair em cima das crianças.

Não havia nenhuma condições de segurança.

Os vidros estavam espalhados por todo o campo, os pais estavam preocupadíssimos com a prática desportiva naquelas condições, o campo não tinha luz. Mas o serviço funcionava bem. Porquê? Porque está na orgânica.

O professor de educação física que dá aulas das 8 e meia da manhã até às 18 horas também exerce...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esse horário é ilegal!

O Orador: ... aquelas funções e ganha mais 70 euros, mas entretanto a sua função ao longo de toda a jornada é dar aulas.

Tem redução de horário? Não, não tem redução de horário.

Executou a degradação daquelas instalações para chegar àquele estado em que chegaram? Pois chegou!

Ele teve um papel importante na criação do movimento desportivo na Ilha do Corvo.

Eu não quero ficar com estes méritos e nem era para o dizer aqui, mas se existe hoje em dia um clube desportivo, o contacto foi feito por mim próprio junto da Associação de Futebol da Horta no sentido de se conseguir a criação do clube. Não foi feito pela logística do Governo.

O Governo durante estes 38 anos não fez absolutamente nada para que fosse criado um serviço de desporto que funcionasse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é assim que deve ser!

O Orador: O que é que o serviço de desporto fez em relação ao desporto federado durante os últimos anos em que foi criado na orgânica?

Eu vou dizer-vos: zero! Zero!

Era o número que o desporto federado teve na Ilha do Corvo ao longo de todos estes anos.

Depois dizem-me: bom, mas não há problema! A Câmara agora tem um técnico.

Não, não tem um técnico.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Não, não tem um técnico. O que tem é uma circunstância em que há um professor de educação física que está desempregado, que a namorada vive na Ilha do Corvo e ele acompanha neste momento a namorada que pode ficar mais um ano ou dois anos. É tão simples como isto.

Há uma circunstância que permite que haja agora estas condições de voluntarismo em relação ao funcionamento do serviço.

Mas estão criadas as condições logísticas e de apoio ao funcionamento do desporto? Não, não estão!

Esse serviço funciona? Não, não funciona!

Quanto é que ele gasta?

Nem bolas tínhamos para o campo. Eu é que as comprava e outros, para que os miúdos pudessem jogar futebol na Ilha do Corvo. É isto!

Além da publicidade da coca-cola, a triste realidade é que o desporto esteve votado ao completo abandono na Ilha do Corvo.

Eu, que vivo na Ilha do Corvo há 15 anos e que participo nas atividades desportivas, quando vêm dizer-me que temos um modelo que funciona, fico revoltado com este tipo de situação e não posso ouvir semelhante demagogia e hipocrisia aqui, neste Parlamento dos Açores.

O que eu defendo é que a Região se responsabilize para que o desenvolvimento do desporto do Corvo funcione em articulação com a Câmara sim, como nas outras ilhas.

Ninguém está aqui a defender que o Governo, na Ilha do Corvo, só porque é a Ilha do Corvo, só porque tem uma demografia mais frágil, só porque é que uma ilha mais frágil, então sai e deixa essa responsabilidade ao poder municipal.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso não!

O Orador: Não! Não é isso que se defende. Não é isso que pode acontecer na Ilha do Corvo.

Ninguém aqui está a defender que o serviço funcione, por exemplo, com 80 funcionários como na Ilha de São Miguel.

Eu percebo!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos?

O Orador: Oitenta funcionários na Ilha de São Miguel.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso se calhar é que é o problema!

O Orador: Ou funcione com 39 funcionários na Ilha Terceira.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E nas outras ilhas?

O Orador: Agora tem é que ter um coordenador, alguém que esteja a tempo inteiro e que coordene, apoie o desporto federado, apoie a prática desportiva, garanta a manutenção logística e dê um apoio mínimo ao desenvolvimento do desporto e não que o Governo venha aqui desresponsabilizar-se em relação a esta matéria.

O nosso modelo de autonomia é que ninguém fica para trás (ninguém fica pra trás!), porque quando a Ilha do Corvo cair e o Governo (a autonomia) decidir que não, ali são as autarquias... Então por que é que não são as autarquias na Graciosa? Por que é que não se faz a mesma coisa?

Ou por que é que não se faz a mesma coisa também e se responsabiliza as autarquias nas outras ilhas?

Não! É o Corvo porque tem uma demografia mais frágil e é politicamente mais fácil fazer isto na Ilha do Corvo.

Mas quando o Corvo cair e servir de exemplo, a seguir, por que não na Graciosa? A seguir, por que não em Santa Maria? A seguir, por que não em São Jorge?

É a partir daí que se destrói uma autonomia, uma autonomia que se quer de coesão e uma autonomia em que são dadas iguais oportunidades a todos os açorianos, independentemente do local onde vivem.

É uma ideia! É uma utopia! Mas é uma utopia pela qual vale a pena nós lutarmos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falávamos aqui em especificidades de cada uma das nossas ilhas e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sua intervenção, falou em má-fé.

Eu penso que ele não se estava a dirigir a nenhum dos Deputados do Partido Socialista, nem ao Governo, espero eu. Aliás, da nossa parte não há má-fé nenhuma nesta situação.

O Sr. Deputado falou, e falou bem, na exposição de uma série de fotografias. Eu estava presente na Comissão de Assuntos Sociais, aliás, estávamos!

Indo ao pormenor dessas questões, estávamos os dois em videoconferência aqui no Faial quando essas fotografias começaram a chegar aos *emails* e muitas delas não tinham nada a ver com questões climáticas, mas sim com questões de vandalismo. O senhor sabe que eu estou a falar a verdade.

Na altura trocámos impressões sobre isso e na altura também lhe disse, e volto a dizer-lhe, que devemos relatar os acontecimentos para melhorá-los.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que relatou?

O Orador: A verdade é que o senhor relatou e foram tomadas providências de forma a corrigir este assunto.

Relativamente ao professor de educação física, eu não gostava de personificar essa questão, porque os professores de educação física, como todos nós sabemos, são aqueles que são colocados no Corvo para dar as aulas e assumem este cargo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ou não! Não são obrigados!

O Orador: Eu não vejo que tenha que haver uma redução de horário. Aliás, há uma remuneração...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Setenta euros!

O Orador: Por acaso, não é de 70 euros.

... para exercer as suas funções.

O Sr. Deputado defende um técnico superior nesta área para o Serviço de Desporto do Corvo, que como sabe tem que ser um técnico superior da área de desporto ou de educação física

Eu vou colocar-lhe a questão ao contrário: o que é que esse técnico superior ia fazer durante sete horas de trabalhos, todos os dias, no Corvo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que faz aqui no Faial?

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é só um! São vários!

O Orador: Eu gostava que o senhor me explicasse o que é esse técnico superior ia fazer durante sete horas de trabalho na Ilha do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vá por aí!

O Orador: Eu gostava que o senhor me explicasse.

Depois o senhor falou em números. Falou da Terceira, de São Miguel, mas o senhor devia ter falado das outras ilhas todas. Aproveitando também, devia ter falado dos dados desportivos em si, ou seja, número de federados, escalões de formação, participação ou não em campeonatos regionais, nacionais e internacionais, atividade física desportiva não competitiva. O senhor devia ter falado desses assuntos todos.

O senhor tocou nesses dois números porque são realmente números que saltam à vista, mas se o senhor comparar a quantidade de atletas federados que há na Ilha de São Miguel ou na Ilha Terceira, que competem, que ocupam os seus tempos livres nos escalões de formação dos vários clubes, aí a história já era feita ao contrário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São doze no Faial! O que é que fazem?

O Orador: Aqui, ninguém quer que a Câmara Municipal do Corvo, se substitua ao coordenador desportivo que existe lá.

Aquilo que se defendeu aqui é a colaboração que já existe e que continuará a existir.

Penso que aqui ninguém se está desresponsabilizando, nem o Governo, nem o Partido Socialista, relativamente a esta matéria.

Agora, temos que diferenciar aquilo que é realmente diferente. Vejamos:

O Corvo tem atletas federados, e muito bem.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão esteve envolvido nisso, ainda bem. Dou-lhe os meus parabéns!

Mas é preciso não esquecer que o que está aqui em causa são as associações e, neste caso, o Clube Desportivo Escolar. Ou seja, nenhum técnico superior, de nenhum departamento do Governo, obriga ou não os atletas a se federarem.

Aliás, os atletas para serem federados têm que ter enquadramento. O enquadramento é feito através do associativismo desportivo.

Aquilo que o senhor defende deixa de ter algum sentido.

Vou responder-lhe só a essa questão que perguntou em aparte: o que é que os técnicos superiores fazem aqui na Horta.

O senhor sabe quantos técnicos superiores tem no Serviço de Desporto da Horta?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Doze funcionários! Não disse técnicos superiores! Disse funcionários!

O Orador: Doze funcionários? E sabe quais são as instalações que existem na Horta? Então o senhor vá informar-se e depois discutimos isso!

Muito obrigado

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Instalações que nós não tivemos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18:40H.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 47 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto ao debate porque não resisto, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, a tecer algum comentário sobre o Portugal dos pequeninos. O Portugal dos pequeninos que é coisa que os Açores não são, nem almejam ser, seguramente.

Mas da mesma forma, eu, pessoalmente, duvido que os corvinos e as corvinas queiram ser a ilha pequenina, que pela sua densidade demográfica, estatisticamente pouco representativa, e pelo facto de haver custos acrescidos, ela é tão pequenina que não justifica um investimento desta natureza.

E mais. Do ponto de vista do Bloco de Esquerda não é porque às Ilhas das Flores, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e de Santa Maria são atribuídas condições ao serviço de desporto para o seu funcionamento normal (não é por estas terem!), que o Corvo tem que ter.

É ao contrário! É porque o Corvo é a única ilha que não tem!

Isto, para nós, Bloco de Esquerda, é uma discriminação insuportável relativamente àquilo a que se chama a igualdade de oportunidades e é aquela afirmação que o Bloco de Esquerda subscreve, que não se pode deixar nenhuma ilha para trás.

Sras. e Srs. Deputados, isto não é uma utopia! Isto é uma exigência da democracia e é a razão de ser da nossa autonomia.

Resta-me uma esperança, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. É que nós, aqui, nesta Casa, já chumbámos, através do voto da maioria parlamentar, o ensino secundário no Corvo, mas afinal o Governo decidiu que o ensino secundário iria para o Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é o Governo, tudo bem!

A Oradora: Nós, nesta Casa, já chumbámos, através do voto da maioria parlamentar do Partido Socialista, por exemplo, o Diretor do Ambiente, mas

agora, passados três anos desse chumbo, há um concurso para o Diretor do Ambiente,

A esperança do Bloco de Esquerda é que daqui a algum tempo o Governo Regional, na esteira do que fez com o ensino secundário e com o Diretor do Ambiente, se lembre que afinal o Corvo é capaz mesmo de precisar de um coordenador para este Serviço de Desporto, sobretudo quando aquele casal que aqui foi mencionado, e que agora é que assegura este tipo de trabalho, resolver sair do Corvo exatamente por ser uma ilha tão, tão pequenina.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Corvo é Portugal em pequenino. Por ser Portugal em pequenino podíamos perguntar imediatamente o que é que se faz no Corvo em 24 horas, num dia?

No Corvo, em 24 horas, num dia, vive-se! Exatamente porque se vive, e se vive em Portugal, é que o Corvo tem um Centro de Saúde, porque todos os portugueses têm direito à saúde.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está comparando o desporto a um centro de saúde?!

O Orador: É por isso mesmo que o Corvo tem educação. Por isso, todos os portugueses têm direito à educação.

E têm direito à mobilidade!

Ora, o que estamos aqui a discutir é se o Corvo tem ou não direito a ter desporto federado.

Deputado André Bradford (PS): Não é! O Corvo já tem! Não é isso que estamos aqui a discutir!

O Orador: O que estamos aqui a discutir é se o Corvo tem ou não direito em ter alguém que apoie tecnicamente os seus atletas.

Vou puxar um bocadinho dos meus galões de árbitro de futebol,...

Deputado André Bradford (PS): Também foi dirigente associativo!

O Orador: ... e dirigente associativo, que já fui (árbitro e dirigente associativo). Há grandes dificuldades em gerir um clube e há imenso tempo que se gasta na gestão de um só clube de futebol. Isso quer dizer que não são meia dúzia de horas que dá para fazer desporto...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem faz isso são os dirigentes, não é o coordenador!

O Orador: ... com qualidade e pôr todas as pessoas do Corvo a fazer educação física, que é necessária. Precisam de técnicos que tenham capacidade de perceber quais são as dificuldades das várias faixas etárias e quais são os aspetos técnicos que cada uma das modalidades deve ter.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A igualdade de oportunidades não se traduz nem se pode traduzir por um tratamento igual daquilo que é diferente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, este princípio julgo que justifica a nossa autonomia, justifica o nosso Estatuto enquanto Região Ultraperiférica.

Portanto, tratar por igual aquilo que é diferente não é promover, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, a igualdade de oportunidades.

Aliás, esta questão do desporto no Corvo tem contornos diferentes. A preocupação relativamente ao desporto no Corvo, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, não se prende com a existência a tempo inteiro ou não de um coordenador do desporto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não?!

O Orador: Não! Prende-se com outros...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu peço-lhe um bocadinho de atenção para a minha intervenção.

Relativamente ao Corvo a minha preocupação é outra. Emergiu/surgiu naturalmente um clube desportivo escolar. Podia ter emergido um clube desportivo com base na comunidade corvina e à margem da escola. Até pode surgir! Tudo bem!

A questão é a seguinte:

Esperamos, eu desejo e faço votos para que as equipas do Corvo, em diferentes modalidades, possam começar a desenvolver-se e a ombrear em termos competitivos com as equipas das outras ilhas, o que lhes permitirá acesso a patamares competitivos diferentes.

Como sabemos, para celebrar protocolos com a Direção Regional para participar nas competições federadas há necessidade de...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... ter um conjunto de requisitos que dificilmente a Ilha do Corvo terá e no momento atual não vai ter.

Neste caso aqui a preocupação, Sr. Deputado (ouça bem, Sr. Deputado), tem que ser esta e é aqui que reside a questão do princípio, do tratar igual, aquilo que é diferente.

No Corvo vai haver necessidade do Movimento Desportivo ser excecionado para ter acesso não só a apoios, como também à participação na competição. É preciso ser excecionado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Corvo não é excecionado!

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer que seja igual!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faça uma proposta!

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar a sua intervenção.

Srs. Deputados, vamos permitir... O Sr. Deputado Aníbal Pires já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Mas este não conta, não é Sra. Presidente?

Presidente: Mas é que este já está fora do tempo. Portanto, agradeço mesmo que abrevie, se os colegas naturalmente permitirem.

O Orador: Sr. Deputado, a preocupação tem que ser essa.

V.^a Ex.^a quando está aqui a exigir que o Corvo tenha um tratamento igual perde argumento quando houver necessidade de excepcionar o movimento desportivo no Corvo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor apresente essa proposta!

O Orador: ... para poder aceder aos contratos programa e para aceder a determinados patamares competitivos.

Portanto, Sr. Deputado, o problema é este.

Tratar por igual aquilo que é diferente, não é, neste caso, nem em nenhum outro caso, a melhor solução e não promove efetivamente a igualdade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A sua posição é que não promove!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima, Aníbal Pires e Paulo Estêvão)

Presidente: Srs. Deputados, eu agradeço que não entrem em diálogo entre bancadas, porque desta forma é impossível ouvir-nos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São apartes!

Presidente: Não são apartes! São diálogos entre bancadas.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues faça favor. Tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para que fique esclarecido aquilo que disse na minha intervenção anterior e o que trouxe o Sr. Deputado Félix a debate, relativamente à questão das horas. Fez aqui uma comparação que espero que tenha ficado escrita em diário das sessões, aliás como a minha intervenção. Espero que fique, para que fique esclarecido que vi comparar a saúde dos corvinos (o centro de saúde da Ilha do Corvo) com o coordenador do desporto da Ilha do Corvo, o que não faz o mínimo sentido.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): É demagogia!

O Orador: É demagogia e política de populismo barato. Esta é que é a verdade.

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso diferenciar o que são as competências de um coordenador desportivo, de um diretor de serviços de desporto das ilhas que possuem esse diretor de serviços, daquilo que é a realidade do Corvo.

Aqui, a questão em causa, é esta: um diretor de serviços, um coordenador do serviço de desporto é, nem mais, nem menos, que a figura da Direção Regional de Desporto na ilha em causa.

Como todos nós sabemos...

Sra. Presidente, eu estou habituado ao 3.º anel.

Presidente: O 2.º é mais difícil, é certo, é certo.

O Orador: A acústica...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... as funções de um coordenador desportivo não são efetivamente a criação ou não de escalões de formação. Isto é, neste caso do Corvo, função do Clube Desportivo Escolar...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... como é, nas outras ilhas, dos outros clubes, quer sejam do âmbito escolar ou não. Ou seja, o que o coordenador desportivo do Corvo faz é dar o enquadramento necessário para que atividade física e desportiva competitiva se desenvolva.

O número de federados, e aqui aproveito esta questão:

Quando levantamos o número de federados (no Corvo são 60 ou 50)...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São 60!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há um que está lesionado!

O Orador: Sessenta?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): São 59, porque ele está lesionado!

O Orador: Cinquenta e nove e meio, neste momento (e meio, porque só uma perna).

A questão aqui é que os contratos programa são celebrados não por número de federados, é pelo número de federados e por escalão etário. Ou seja, se é escalão de formação, se não é escalão de formação; se é da componente sénior, se não é da componente sénior.

O Corvo realmente deu passos significativos para o futuro, mas é preciso começar a pensar e penso que há bem pouco tempo tivemos oportunidade...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente. Agradeço. Penso que descontou o tempo dos apartes, mas de qualquer forma já termino, Sra. Presidente.

Tivemos oportunidade de reunir com o Clube Desportivo Escolar do Corvo, uma reunião muito produtiva,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que lhe disseram?

O Orador: ... e tentámos também de alguma forma aliciar ou perceber que nos escalões de formação, mesmo sendo o Corvo a ilha com as especificidades próprias que tem... Também tivemos em conta a questão de começar a trabalhar naquilo que é o futuro, que são efetivamente os escalões de formação. Falar em 60 federados não significa que estejam reunidas todas as condições para que o Corvo efetivamente tenha uma atividade física, desportiva e competitiva, regular.

Gostava só de deixar este esclarecimento para que fique registado que comparar o Centro de Saúde com a coordenação desportiva do Corvo não faz o mínimo sentido. Aliás, a coordenação desportiva no Corvo existe e é importante que isso fique registado. Existe e funciona!

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que infelizmente a discussão aqui já ultrapassou outras barreiras.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade! O senhor é que as ultrapassou!

O Orador: Não, não, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim!

O Orador: Quem ultrapassou foi o seu Grupo Parlamentar e o Governo. E ultrapassou porquê?

Porque veio para aqui atribuir por densidade populacional...

Deputado Manuel Pereira (PS): Outra vez?

Deputado Iasalde Nunes (PS): E massa desportiva!

O Orador: ... determinadas valências para determinadas ilhas. Foi referido pelo vosso Grupo Parlamentar, pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Densidade populacional! Foi referido.

Se tiver a honestidade e a frontalidade de ler o que escreveu, nós ficamos todos esclarecidos.

Segundo ponto:

O Portugal dos pequeninos, Sr. Secretário Regional.

Infelizmente, foi esse modelo falido. O modelo do Portugal dos pequeninos foi falido com a locomotiva criada por puxar as outras, à semelhança do continente, de Lisboa central e puxar o resto.

Nos Açores tentou fazer-se o mesmo. Faliu o modelo.

E chegam-me notícias que querem ressuscitar esse modelo em São Miguel, nomeadamente no Conselho de Ilha de São Miguel. Notícias alarmantes,...

Deputado Berto Messias (PS): São critérios do Sr. Deputado Luís Maurício!

O Orador: ... como são alarmantes as notícias de querermos rácios, porque senão, e já foi aqui dito, é o desenvolvimento harmonioso.

Chegam-me notícias também ainda hoje de, numa região arquipelágica, haver açorianos de segunda e de terceira, nomeadamente no modelo de transporte aéreo que querem implementar nos Açores.

Os tempos são perigosos, Sr. Secretário, e por isso temos que nos unir todos na defesa da autonomia e do verdadeiro desenvolvimento harmonioso dos Açores, porque ao contrário do que foi dito, as *low cost* não vão voar para os Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Isto não tem nada a ver, Sra. Presidente!

O Orador: É um modelo centralizado.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Vão voar para uma única ilha.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Isto vem tudo no centralismo que se está a impor...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... que está a ressuscitar e que nós, autonomistas e açorianos convictos, temos que combater.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos então... Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Vai retirar?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia, antes de eu começar, em aparte, o Sr. Deputado Francisco César: “vai retirar?”. Não! Não vou retirar.

Esta questão aqui é de combate contra o centralismo que o vosso Governo está a implementar...

Deputado Berto Messias (PS): Campanha eleitoral! Regionais de 2016!

O Orador: ... nos Açores (que este Governo está a implementar nos Açores!) e em defesa do modelo autonómico em que todos os açorianos, vivam em que ilhas viverem, tenham as mesmas oportunidades e têm acesso aos mesmos serviços.

Este é o modelo que nós defendemos e não aquele modelo que os senhores defendem que passa por o ataque ao desenvolvimento das ilhas mais pequenas, que têm uma demografia mais vulnerável, porque têm menos habitantes.

Os senhores aqui não conseguiram demonstrar neste debate que aquele modelo de um professor de educação física que passa o dia todo a dar aulas é um bom modelo para coordenar o serviço do desporto. Nunca funcionou.

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério!

O Orador: A verdade é que se o PPM não tivesse apresentado esta proposta, nós nem sequer instalações desportivas neste momento dispúnhamos na Ilha do Corvo.

O que está a acontecer é por circunstâncias (um Estagiário L, que dentro de pouco tempo pode não estar a trabalhar na Ilha do Corvo) furtuitas nós, neste momento, temos um grupo de pessoas que estão a fazer um esforço enorme, mesmo sem o apoio do Governo Regional, para promover o desporto federado e o desenvolvimento desportivo na Ilha do Corvo.

A verdade é que tudo isto poderá desaparecer assim que as circunstâncias mudarem, porque a Câmara não tem nenhum serviço fixo, nem criou em relação a esta matéria nenhuma alternativa. A verdade é essa!

E o Governo Regional continua, e aqui pela voz do Sr. Secretário da Educação, o que veio dizer, foi que em relação ao desenvolvimento desportivo da Ilha do Corvo e ao desenvolvimento da orgânica e às responsabilidades do Governo Regional na Ilha do Corvo que não estão disponíveis.

Portanto, são estas as circunstâncias, é esta imagem dos Açores que temos hoje em dia e é este o programa do Partido Socialista nesta matéria.

Devo dizer-vos, e termino, Sra. Presidente porque o meu tempo deve estar a esgotar, que estou com a mesma convicção que estava em relação à defesa do património cultural na Ilha do Corvo que esteve abandonado durante estes anos todos e que, exatamente pelos mesmos motivos demográficos, os senhores diziam, que aquela população com 500 anos de história e com 500 anos de cultura que contribuíram para identidade dos Açores, que não se justificava.

Os senhores também fizeram o mesmo discurso na área do ambiente e os senhores também fizeram o mesmo discurso na área do ensino secundário.

O que veio a suceder depois é que os senhores, afinal, quando se aproximam as eleições, mudam de opinião.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Sendo assim, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomou esta posição por ter a convicção de que este Projeto de Resolução em nada vem acrescentar ao desenvolvimento e dinamização do desporto da Ilha do Corvo.

Existe um sistema que funciona. A prova disso está no número de atletas federados recentemente, assim como no dinamismo implementado nesta área.

O Governo Regional apoia e apoiará sempre o movimento associativo desportivo da Ilha do Corvo,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: ... sempre que necessário e possível, assim como o faz em todas as outras.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão também para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que o que aqui aconteceu hoje por parte da votação do Partido Socialista, do PCP e da abstenção do Partido Social Democrata, foi um ataque à autonomia e um ataque ao desenvolvimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... das ilhas de menor dimensão.

Neste caso estamos a falar do desporto, mas já estivemos a falar do ensino secundário, já estivemos a falar da cultura e é sempre uma batalha tremenda conseguir vencer os vossos obstáculos ao desenvolvimento e à criação de condições de desenvolvimento iguais para a Ilha do Corvo e os senhores o que têm feito é sistematicamente uma campanha de obstrução ao desenvolvimento destes serviços.

O que eu considero que é fundamental é que ficou provado no âmbito deste debate, e foi por isso que eu votei neste sentido, Sra. Presidente, que aquele serviço, o serviço de desporto da Ilha Corvo, em que o professor de educação física dá aulas o dia todo, em que não tem orçamento, em que não tem logística, em que não tem qualquer capacidade financeira para acudir à manutenção do

desporto e à manutenção das infraestruturas, este modelo não funcionou. Este modelo não funcionou!

Aliás, num requerimento eu pedi à Secretaria Regional da Educação e Cultura que me dissessem qual era a informação que tinham sobre o polidesportivo do Corvo e a situação em que ele se encontrava e do perigo que ele representava para as crianças e jovens do Corvo.

Sabem o é que este serviço, que os senhores agora vieram dizer que funciona, respondeu?

Não tinha conhecimento!

Não tinha conhecimento! Esse serviço não tinha conhecimento de que não havia luz, não tinha conhecimento de que o pavilhão estava cheio de buracos, não tinha conhecimento de que os vidros estavam espalhados em todo o campo e que estava tudo partido. Não tinha nenhum conhecimento na resposta ao requerimento que eu fiz, um serviço que funciona tão bem.

Eu perguntei que condições se criaram do ponto de vista do material desportivo fora daquela população escolar, para o resto da população, porque o serviço do desporto é para toda a população.

Nada! Nada!

Não foram disponibilizados materiais para a população, não foram disponibilizados outros projetos que pudessem desenvolver o desporto fora da faixa escolar. Nada!

É um zero absoluto.

E o que é que nós tínhamos em relação ao desporto federado?

Trinta e oito anos de zeros sucessivos! Trinta e oito anos de zeros sucessivos, do ponto de vista da promoção do serviço de desporto da Ilha do Corvo.

Eu penso que o que se demonstrou foi que aquele modelo não serviu de nada, não funciona, não introduziu nenhuma melhoria.

O que aqui foi catalisador,...

Deputado Berto Messias (PS): Olhe que a proposta é sua!

O Orador: ... e por isso é que eu votei a favor desta iniciativa, foi a entrada do projeto do PPM que pelo menos provocou uma resposta, um contrato com a Câmara que não existiu nos últimos 38 anos, e agora, às pressas, a cinco dias deste debate foi publicado. É já alguma coisa de concreto, algo que a iniciativa provocou.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor já está em campanha eleitoral!

O Orador: Dizem-me os senhores também: não, ali, nas ilhas mais pequenas e com menor população, não deve ser o Governo a assegurar estas funções, deve ser as Câmaras Municipais, porque nós não governamos num cenário e num conceito de Portugal dos pequeninos.

Bom! Isto é perigoso!

Deputado André Bradford (PS): Mas que raio de declaração de voto é essa?

O Orador: O que aqui fica, e termino Sra. Presidente, é a última afirmação que faço, e por isso é que votei neste sentido...

Presidente: Não basta dizer que votou, Sr. Deputado.

O Orador: Termino Sra. Presidente.

O que quero aqui dizer é que é um conceito que vale a pena aos açorianos, a partir de agora, ter uma atenção especial....

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente...

O Orador: ... em relação a esta matéria, porque os açorianos das ilhas mais pequenas ficam a saber que o Governo Regional se desresponsabiliza das suas funções...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso é falso!

O Orador: ... e passa as funções para as autarquias das ilhas mais pequenas.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso é falso!

O Orador: É este modelo que este Sr. Secretário tem na cabeça...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É falso!

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: ... e é este modelo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve aqui a defender.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto. Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10:00.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 17 minutos.

Deputados/a que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputado que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

1 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Procede à primeira atualização da Estratégia Nacional para as Florestas aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro - PCM \(MAM\)](#) - (Reg. R 457/2014) – n.º 137

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 11 – 26

Comissão: Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 12– 05.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda à Comissão Permanente de Economia, que acompanhe o fim do Regime de Quotas Leiteiras nos Açores](#) – n.º 104

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2014 – 12 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 01 –05.

3 – Petição:

Assunto: Pela construção de um novo complexo escolar na Povoação – n.º 34

Proveniência: Associação de Pais da EBS da Povoação

Data de Entrada: 2014 – 12 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade.

4– Requerimentos:

Assunto: [Documento sobre o Diretor do Museu de Angra](#)

Autores: António Ventura, Judite Parreira, Luís Rendeiro, Joaquim Machado e José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 12 – 01

Referência: 54.03.03 – N.º 341/X;

Assunto: [Liberalização das rotas aéreas Lisboa/Ponta Delgada, Lisboa/Terceira, Porto/ Ponta Delgada e Porto/Terceira](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2014 – 12 – 03
Referência: 54.06.00 – N.º 342/X;

Assunto: [Inspeção de tratores, atrelado e máquinas agrícolas](#)

Autores: Renato Cordeiro e Humberto Melo (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 12 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 343/X.

5 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Anomalia no fornecimento de refeições na Escola Secundária Antero de Quental](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 02

Referência: 54.03.02 – N.º 317/X;

Assunto: [Estratégia Nacional para o Mar ainda sem Plano de Ação dos Açores?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 05

Referência: 54.08.00 – N.º 307/X;

Assunto: [Instalação de linha elétrica em Pedro Miguel afeta moradores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 336/X.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter relatórios aprovados

Autor: Secção Regional do Tribunal de Contas

Entrada: 2014 – 12– 01;

Assunto: Interpelação ao Governo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Entrada: 2014 – 12– 01;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa

Autor: O Presidente da Junta de Freguesia de Angústias, José Rodrigues Costa

Entrada: 2014 – 12– 01;

Assunto: Ofício a requerer agendamento de debate de urgência sobre o Serviço Regional de Saúde

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima

Entrada: 2014 – 12– 03;

Assunto: Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 6/X - Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores respeitante ao ano de 2013

Autor: Secção Regional do Tribunal de Contas

Entrada: 2014 – 12– 04;

Assunto: Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 9/X - Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao Ano Económico de 2013

Autor: Secção Regional do Tribunal de Contas

Entrada: 2014 – 12– 04.

7 – Relatórios:

Assunto: [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa \[COM\(2014\)398\]](#).

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014–12–01;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 457/2014, que procede à primeira atualização da Estratégia Nacional para as Florestas aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro – PCM \(MAM\) - n.º 137OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014–12–05

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014–12–04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 94/X - “Pedido de admissão dos Açores, na qualidade de membro associado, à Organização Mundial do Turismo” \(PPM\)](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014–12–04;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014–12–05;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que, Define as entidades responsáveis para a emissão de certificados de origem dos produtos do setor vitivinícola – n.º 136-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014-12-04.

8 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários números 76, 77, 78 e 79.

P¹a redatora: Noélia Escobar

A redatora: Conceição Branco